

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

# AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA REVISÃO DO PDM DE CONSTÂNCIA

VOLUME 1

RELATÓRIO DOS FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

MARÇO 2009

*Trabalho elaborado por HIDROPROJECTO, Engenharia e Gestão, S.A., cujo Sistema de Gestão da Qualidade está certificado pela APCER, com o n.º 1998/CEP.777*



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

# AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA REVISÃO DO PDM DE CONSTÂNCIA

VOLUME 1  
RELATÓRIO DOS FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

MARÇO 2009

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

# AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA REVISÃO DO PDM DE CONSTÂNCIA

VOLUME 1  
RELATÓRIO DOS FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Nº DO CONTRATO: APM 3205

Nº DO DOCUMENTO: 01.RP-I.001(1)

FICHEIRO: 320501RPI0011.doc

DATA: 2009-03-11



REGISTO DAS ALTERAÇÕES		
Nº Ordem	Data	Designação
1	11-03-2009	Revisão geral

O COORDENADOR TÉCNICO: *Paulo Mendes*

## Índice do Documento

1	INTRODUÇÃO .....	5
2	ENQUADRAMENTO LEGAL.....	6
3	OBJECTIVOS E METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL.....	8
4	DESCRIÇÃO DO OBJECTO DA AVALIAÇÃO .....	12
4.1	Enquadramento e Caracterização Territorial.....	12
4.2	Descrição da Proposta de Revisão do PDM .....	20
4.2.1	Objectivos.....	20
4.2.2	Estratégia de desenvolvimento para o Concelho .....	22
4.2.3	Sistema Urbano.....	25
4.2.4	Classificação e Qualificação do solo .....	25
5	IDENTIFICAÇÃO DE FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO.....	33
5.1	Quadro de Referência Estratégica .....	33
5.1.1	Objectivos e implicações do QRE para o objecto de avaliação .....	35
5.2	Questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Constância .....	43
5.3	Factores ambientais .....	44
5.4	Factores Críticos de Decisão (FCD).....	44
5.5	Análise integrada de cada FCD.....	51
6	ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL .....	58
7	CONCLUSÕES .....	60
8	BIBLIOGRAFIA.....	61

## ANEXO



# 1 Introdução

O presente documento constitui a primeira etapa do processo de Avaliação Ambiental Estratégica AA(E) da proposta de Revisão do Plano Director Municipal (PDM) do Concelho de Constância, consubstanciada no **Relatório dos Factores Críticos para a Decisão**. É objectivo geral deste relatório identificar os aspectos ambientais fundamentais, que definem o âmbito ambiental relevante da avaliação estratégica e que devem ser considerados pela decisão.

Com a realização da Avaliação Ambiental da Revisão do PDM, pretende-se promover uma abordagem dos aspectos ambientais ao nível das propostas que enformarão o futuro PDM, para que sejam acauteladas as questões relacionadas com a protecção dos recursos naturais e do património cultural e a minimização de potenciais impactes negativos. Neste contexto, a análise a realizar deverá identificar e avaliar os efeitos ambientais, económicos, sociais e culturais, associados ao desenvolvimento das propostas de revisão do PDM e propor medidas adequadas destinadas a promover, prevenir, reduzir ou eliminar esses efeitos.

Em suma, a AA(E) da Revisão do PDM de Constância é um processo de acompanhamento contínuo e sistemático de avaliação, integrado no procedimento de revisão do plano, que visa garantir a sustentabilidade ambiental e que os efeitos das soluções preconizadas são tomadas em consideração durante a respectiva revisão e antes da sua aprovação.

Conforme referido, o procedimento de AA(E) da Revisão do PDM de Constância encontra-se na sua primeira fase, sendo considerada a mais importante do processo, já que deverá contemplar a **identificação do âmbito da avaliação estratégica** bem como a **definição dos seus objectivos**, tendo em conta a minimização / maximização dos efeitos ambientais significativos.

Na fase subsequente de AA(E) proceder-se-á à avaliação estratégica de impactes, tendo em conta o âmbito e objectivos definidos neste documento e os requisitos do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, nomeadamente o seu Artigo 6.º que estabelece o conteúdo do Relatório Ambiental.



## 2 Enquadramento legal

A Avaliação Ambiental Estratégica (AA(E)) da proposta de Revisão do PDM do Concelho de Constância deverá cumprir os requisitos da legislação aplicável sobre a matéria, concretamente o Decreto-lei n.º 232/2007 de 15 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Concelho de 27 de Junho e a Directiva 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Concelho de 26 de Maio. O Decreto-lei n.º 232/2007 de 15 de Junho, *“estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente”*, contribuindo a AA(E) para a integração de considerações ambientais e de sustentabilidade na preparação e aprovação de planos e programas, através da avaliação ambiental.

Segundo a alínea a) do ponto 1 do artigo 3º do Decreto-lei referido, estão sujeitos a AA(E) todos os Planos e Programas, a uma escala nacional, regional e local, *“para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação dos projectos mencionados nos Anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na sua redacção actual”*.

O PDM como instrumento de planeamento, de natureza regulamentar e âmbito municipal, tem por finalidade estabelecer a estratégia de desenvolvimento territorial que assenta no modelo de organização espacial baseado na classificação do solo, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas para o território municipal. Por conseguinte, tendo em conta que o PDM enquadra futuros projectos susceptíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, a sua elaboração e respectiva revisão insere-se no âmbito de aplicação da AA(E).

A aplicação, no âmbito do sistema de gestão territorial, do regime jurídico da avaliação ambiental de planos e programas, em articulação com o diploma legal acima referido, é feita através do Decreto-lei 316/2007, de 19 de Setembro, o qual regula a forma de incorporar nos procedimentos de elaboração, alteração, revisão, acompanhamento, participação pública e aprovação de instrumentos de gestão territorial a análise sistemática dos seus efeitos ambientais.

De acordo com o artigo 85.º e a alínea c) do n.º 2 do artigo 86.º do Decreto-lei 316/2007, de 19 de Setembro, o PDM define o modelo de organização municipal do território, pelo que deverá ser acompanhado de um Relatório Ambiental, no qual *“se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objectivos e o âmbito de aplicação territorial respectivos”*. O conteúdo do Relatório

Ambiental é definido no ponto 1 do Artigo 6.º do Decreto-lei nº 232/2007, de 15 de Junho.

Este mesmo diploma legal estabelece, no ponto 1 do seu artigo 5.º – Conteúdo da avaliação ambiental – o seguinte: *“Compete à entidade responsável pela elaboração do Plano ou Programa determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar, bem como determinar o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental.”*

Refira-se que o regime de avaliação ambiental estratégica de planos e programas constante do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, se aplica subsidiariamente ao regime previsto no Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro.

### 3 Objectivos e Metodologia da Avaliação Ambiental

A AA(E) é um instrumento de avaliação de impactes de natureza estratégica que permite a integração de considerações ambientais numa fase inicial do processo de planeamento, constituindo um processo contínuo de auxílio à tomada de decisão e contribuindo assim para a elaboração de políticas, planos e programas mais sustentáveis.

Com o propósito de facilitar a capacidade de avaliação de oportunidades e riscos de estratégias associadas a processos de desenvolvimento territorial, económico e social, a AA(E) tem objectivos gerais e específicos (Quadro 3.1) que visam satisfazer “os princípios de responsabilização, de participação e de transparência, bem como a sua capacidade de acompanhar, de modo iterativo e facilitador, os ciclos de preparação, execução e revisão que caracterizam os processos de planeamento e de programação” (Partidário, 2007).

**Quadro 3.1 – Objectivos da AAE (Adaptado de Partidário, 2007).**

Objectivos Gerais	Contribuir para um processo de decisão ambiental e sustentável
	Melhorar a qualidade de políticas, planos e programas
	Fortalecer e facilitar a AIA de projectos
	Promover novas formas de tomar decisão
Objectivos Específicos	Assegurar uma visão estratégica das questões ambientais
	Assegurar que questões ambientais sejam integradas no processo de decisão
	Identificar, seleccionar e justificar situações <i>win-win</i>
	Sugerir programas de gestão e monitorização estratégica
	Assegurar processos participados e transparentes
	Produzir contextos de desenvolvimento adequados às propostas

Tendo os objectivos expostos em consideração, no âmbito do presente IGT, um dos objectivos da AA(E) é tornar possível a integração e adequação dos resultados da

avaliação ambiental nas opções ao nível de uso, transformação e ocupação do solo. Desta forma, a AA(E) pretende influenciar a proposta de revisão do PDM de Constância de modo a privilegiar opções que potenciem efeitos positivos e que se verifiquem mais sustentáveis. Nesse processo, importa identificar as opções causadoras de efeitos ambientais negativos e recomendar medidas mitigadoras desses efeitos.

Neste contexto, o presente Relatório pretende dar resposta aos requisitos dos diplomas legais, Decreto-lei 316/2007, de 19 de Setembro e Decreto-lei nº 232/2007, de 15 de Junho, designadamente, determinando o âmbito da avaliação ambiental a realizar, bem como o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental.

A metodologia geral adoptada para a elaboração da Avaliação Ambiental da proposta de revisão do PDM de Constância tem como quadro de referência as orientações constantes do “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas” (2007) da Agência Portuguesa do Ambiente e o enquadramento legislativo da AA(E). As orientações serão adaptadas ao contexto em causa, ou seja, tendo em conta a fase da revisão do PDM sobre a qual incide a avaliação.

De acordo com as orientações da DGOTDU, no que respeita à articulação entre o processo de revisão do PDM e o procedimento de AA(E), a fase de definição do âmbito e objectivos da AA(E) deverá coincidir e articular-se com a fase de análise e diagnóstico dos processos de revisão dos PDM.

No caso particular do procedimento de revisão do PDM de Constância, verifica-se que este se encontra numa fase inicial de elaboração, tendo já decorrido a seguinte etapa:

- **1ª Fase – Análise e Diagnóstico:** Esta fase correspondeu ao período de recolha da informação necessária à compreensão da situação actual do concelho, no que se refere às condições físicas, urbanísticas, sociais e económicas da zona de intervenção. Com base na informação recolhida, foi efectuado o diagnóstico da situação actual, com identificação dos principais constrangimentos e potencialidades do concelho.

Esta fase culminou numa Proposta Preliminar que constitui uma aproximação ao conceito de ordenamento preconizado para o município. Em conjunto com a análise e diagnóstico efectuadas, a Proposta Preliminar serve de suporte ao desenvolvimento do presente documento.

Após a apreciação dos documentos entregues pela Comissão Técnica de Acompanhamento e pelas entidades consultadas, serão desenvolvidas as fases seguintes:

- 2ª Fase – Proposta de Plano: Nesta fase proceder-se-á ao desenvolvimento e pormenorização de propostas, sendo também elaboradas as versões finais da Planta de Ordenamento e da Planta de Condicionantes. Com base nas propostas de ordenamento será, também, elaborado o Regulamento do Plano;
- 3ª Fase – Proposta Final do Plano: Serão introduzidas as alterações e correcções necessárias, e será preparada a versão final a enviar à Assembleia Municipal para aprovação, assim como os exemplares necessários ao processo de ratificação e publicação em Diário da República.

Neste enquadramento, a Avaliação Ambiental a realizar incidirá sobre a proposta preliminar de plano adquirindo no âmbito da AA(E), uma natureza mais próxima duma Avaliação de Impactes Ambientais (AIA) tradicional, em que o objectivo é verificar os efeitos no ambiente decorrentes da proposta apresentada, concluindo na proposta de medidas de mitigação e um programa de monitorização. Esta abordagem vai ao encontro do disposto no Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, designadamente no n.º 1 do Artigo 6º, que define o conteúdo e estrutura do Relatório Ambiental.

De acordo com o Guia Metodológico acima referido, o Relatório dos Factores Críticos para a Decisão (FCD) que constitui o presente documento, corresponde à primeira fase da AA(E). Nesta fase é necessária a identificação e entendimento do objecto de avaliação e a definição dos Factores Críticos para a Decisão (FCD).

Os FCD estruturam a avaliação estratégica e decorrem do contexto e da escala em que a AA(E) é realizada. Os FCD são identificados para cada caso em função da integração dos seguintes elementos:

- ✓ **Quadro de Referência Estratégico (QRE)** para a AA(E), com as macro-orientações de política nacional, europeia e internacional, e os objectivos e metas de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e de sustentabilidade;
- ✓ **Questões Estratégicas (QE)** fundamentais, que traduzem os objectivos estratégicos do objecto de avaliação e o seu potencial com implicações ambientais;
- ✓ **Factores Ambientais (FA)** pertinentes para a avaliação, seleccionados em face do alcance e da escala do objecto de avaliação. São estabelecidos pelo DL n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Em síntese, na fase também designada por Definição do Âmbito da AA(E), serão identificadas as orientações regionais e nacionais em matéria de ambiente e sustentabilidade, que serão cruzadas com as questões estratégicas inerentes à proposta de revisão do PDM de Constância. Este cruzamento permitirá a selecção de um conjunto de factores ambientais e de sustentabilidade. Posteriormente serão definidos os FCD, definindo-se para cada um deles, critérios, objectivos de sustentabilidade e indicadores. Ainda nesta fase, serão definidas as autoridades competentes e o público relevante para envolvimento e participação no processo de AA(E).

Numa segunda fase de Caracterização e Avaliação, realizam-se os estudos técnicos de acordo com os FCD seleccionados dos quais resultará o Relatório Ambiental. A análise nortear-se-á pela identificação de potencialidades e ameaças do PDM que possam contribuir para uma melhoria das condições ambientais e de sustentabilidade e para a prevenção de acções que possam causar impactes negativos no Concelho. Serão ainda estabelecidas recomendações que devem ser implementadas na fase de seguimento.

Nesta fase, a última do processo de AA(E), será estabelecido um programa de acompanhamento da integração das disposições resultantes da análise efectuada.

## 4 Descrição do objecto da avaliação

A AA(E) incide sobre a proposta de revisão do PDM de Constância, que enquanto Plano Municipal de Ordenamento do Território, tem como principal enquadramento legal, sem prejuízo da restante legislação aplicável em vigor, o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que concretiza as Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo, estabelecidas pela Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto.

De acordo com o quadro legislativo que regulamenta os Planos Municipais de Ordenamento do Território, o PDM é de elaboração obrigatória e *“estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal”* (n.º 1 do Artigo 84.º do D.L. n.º 316/2007, de 19 de Setembro).

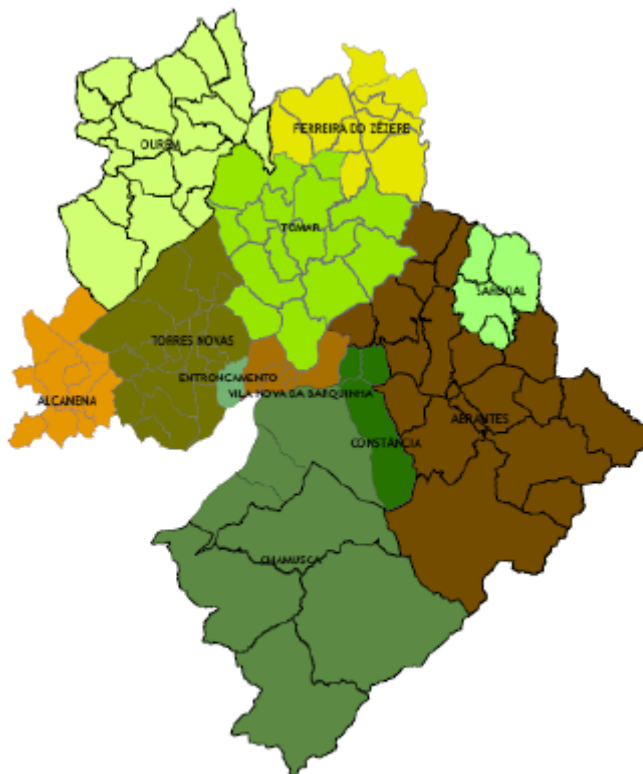
Segundo o Artigo 6.º do Regulamento do PDM em vigor (ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/94, de 24 de Setembro de 1994 e publicado em Diário da República n.º 5/94, I Série B, de 7 de Janeiro de 1994), a revisão do PDM poderia ocorrer num período inferior a 10 anos desde a sua entrada em vigor, caso se verificasse a necessidade de actualizar as disposições nele contidas. Desta forma, o processo de revisão do PDM a decorrer, visa adequar a qualificação dos solos urbanos e rurais à realidade actual do Concelho.

O desenvolvimento deste capítulo tem por base os relatórios da 1ª Revisão do PDM de Constância, elaborados pela Plural, designadamente o Volume I – Análise e Diagnóstico (Novembro de 2007) e Volume II – relatório de Proposta (versão 2, Março 2008).

### 4.1 Enquadramento e Caracterização Territorial

O Concelho de Constância integra-se na Região Centro (NUT II), que inclui a sub-região do Médio Tejo (NUT III) e, em simultâneo, pertence também à comunidade urbana do Médio Tejo, com capital em Tomar. A NUT III do Médio Tejo integra 11 concelhos (Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha), contudo, o concelho de Constância pertence, administrativamente, ao distrito de Santarém.

O concelho situa-se na confluência dos rios Tejo e Zêzere, e é limitado a norte, leste e sul pelo município de Abrantes e a Oeste por Vila Nova da Barquinha e Chamusca (Figura 4.1).



**Figura 4.1 – NUT III Médio Tejo.** Fonte: Plano Estratégico de Constância, 2007.

O Concelho de Constância ocupa uma área de 80,04 km<sup>2</sup> e tem 3815 habitantes, de acordo com os censos de 2001, correspondendo a 1,7 % da população do Médio Tejo. Este município está dividido em três freguesias: Santa Margarida da Coutada (1854 habitantes), Constância (880 habitantes) e Montalvo (1081 habitantes). Embora a freguesia de Santa Margarida seja a que concentra a maior parte da população concelhia, é constituída por conjuntos de aglomerados de pequena dimensão.

Para compreender o grau de inserção do município nas escalas regional e sub-regional, sistematizaram-se no Quadro 4.1 alguns indicadores sócio-económicos do Concelho e das Regiões Centro e do Médio Tejo. Verifica-se que Constância não apresenta desvios significativos face aos valores registados para as regiões Centro ou do Médio Tejo, com excepção da diminuição da taxa de desemprego bastante expressiva e o forte consumo industrial de energia per capita em resultado da presença de unidades industriais com grandes consumos energéticos.



**Quadro 4.1 - Indicadores sócio-económicos.**

Indicadores	Constância	Médio Tejo	Centro
<i>Território e demografia</i>			
Densidade Populacional (hab./km <sup>2</sup> ), 2004	47,2	100,0	84,3
Taxa de Crescimento Natural (‰), 2004	1,8	-2,2	-1,9
Índice de Envelhecimento (n.º de idosos por 100 jovens), 2004	141,5	152,1	138,2
% Variação População Residente, entre 1991 e 2001	-8,5	2,1	4,0
<i>Instrução</i>			
Taxa de Analfabetismo (%), 2001	10,4	10,0	10,9
% população sem nenhum nível de ensino, 2001	12,2	12,8	13,6
% população com níveis básicos de escolaridade, 2001	38,3	35,6	36,7
% população com níveis secundários/médios de escolaridade, 2001	8,4	7,3	6,0
% população com níveis superiores de escolaridade, 2001	3,5	4,6	4,9
<i>Actividade económica</i>			
Consumo industrial de electricidade por consumidor (Kwh), 2003	770,6	121,4	132,1
Taxa de Ocupação dos Estabelecimentos Hoteleiros (‰), 2004	-	23,4	26,2
<i>Mercado de trabalho</i>			
Taxa de Actividade (%), 2001	45,0	44,3	45,5
Taxa de Desemprego (%), 2001	5,7	6,4	5,8
Evolução da taxa de desemprego: %1991- %2001	-4,8	0,2	0,7
Pessoal ao serviço por sociedade sedeadada (nº), 2003	1,033	47,251	492,417
<i>Emprego</i>			
Produtores Singulares a Tempo Completo, 1999	-	789	-
Produtores agrícolas singulares sem nível de instrução, 1999	5	1,392	-
% População Economicamente Activa na Agricultura, 2001	3,5	3,6	6,8
% População Economicamente Activa na indústria, 2001	38,6	35	38,1
% População Economicamente Activa nos serviços, 2001	57,9	61,4	55,1
<i>Riqueza</i>			
Volume de vendas por sociedade sedeadada (milhares de euros), 2003	103,325	4,224,770	39,994,993
PIB a p.m. per capita (milhões de euros), 1999	-	9,8	8,4
<i>Indicadores sociais</i>			
Farmácias por 10 000 Habitantes, 2003	0,8	0,3	0,3
Taxa Média de Mortalidade Infantil no Quinquénio (‰), 1997/2001	-	3,3	4,2
Índice poder de compra per capita (Portugal=100), 2000	67,08	73,90	77,53
Índice poder de compra per capita (Portugal=100), 2004	82,58	76,58	79,01

Fonte: Plano Estratégico de Constância, 2007.

O desenvolvimento do Concelho beneficia dos recursos existentes, destacando-se os recursos naturais, ambiente, património, sociais e humanos. Assim, no que diz respeito aos recursos humanos (demografia e habilitações), e considerando o quadro anterior, verifica-se que o concelho de Constância apresenta uma perda populacional, sendo que a sua densidade populacional é de 47,2 habitantes/km<sup>2</sup>, distante da pressão demográfica média sub-regional que chega aos 100 habitantes/km<sup>2</sup>.

O grau de qualificação e as habilitações literárias são um factor importante no arranque e na sustentação de processos de desenvolvimento. Entre 1991 e 2001, o Concelho de Constância assistiu à diminuição da sua taxa de analfabetismo, que passou de 12,5% para os 10,4%. Em 2001, 14,2% da população não tinha qualquer nível de ensino, 54% não possuía mais do que o 1º ciclo do ensino básico, 16%

possuía ensino secundário e 6.5% tinha ensino superior. É sobretudo a reduzida dimensão demográfica que tem justificado a também diminuta oferta de ensino existente, bem como a proximidade e acessibilidade a concelhos vizinhos com redes escolares sólidas.

Do ponto de vista económico, Constância caracteriza-se, por possuir um sector agrícola incipiente, com deficiências associadas à reduzida dimensão das explorações agrícolas, e ao seu carácter familiar de subsistência, um sector industrial dinâmico, e um sector terciário com um forte peso da administração pública. O concelho possui um vasto conjunto de infra-estruturas e equipamentos nos domínios ambiental e cultural, de grande relevância para a dinamização do turismo cultural, científico e de natureza.

Assim, salientam-se os seguintes aspectos relativos aos recursos naturais:

- O coberto vegetal é sobretudo flora mediterrânea de folha persistente com raízes profundas e muito ramificadas para, dessa forma, poderem captar a água a grande profundidade. Saliente-se o salgueiro, o chorão, o pinheiro-manso, o freixo, a oliveira, o sobreiro, a figueira e o medronheiro.
- O património natural existente é vasto e nesse território podem encontrar-se vários tipos de ocupação do solo, correspondentes a diferentes arranjos paisagísticos. Assim, referência para as formações arbustivas, o montado, o bosque mediterrâneo, o olival, as pastagens, os cursos de água e as águas estagnadas.

Na área do ambiente, destacam-se os seguintes pontos de interesse:

- **Parque Ambiental de Santa Margarida (PASM).** Este parque está localizado na freguesia de Santa Margarida e conta com cerca de 20 000 visitantes/ano. Trata-se de um espaço que resultou de um processo de reflorestação, envolvendo meio milhar de árvores de 25 espécies, e que concilia a vertente lúdica e pedagógica. Para além do lazer é também possível oferecer ao visitante, informação e acções de educação ambiental.
- **Centro de Ciência Viva – Parque de Astronomia.** O seu antepassado - Observatório Astronómico e da Natureza foi criado em 2000. Ampliado em 2004 com o Planetário abriu caminho para que em 2005 fosse criado o Centro de Ciência Viva coincidindo com a criação dos módulos exteriores. Os seus objectivos passam pela sensibilização para as ciências baseadas na astronomia, com sessões de planetário, actividades lúdico-pedagógicas; palestras; cursos de introdução à astronomia; Observatório astronómica à noite com telescópio; Observação do Sol durante o dia – laboratório de heliofísica.

Quanto ao património de interesse arquitectónico, o concelho de Constância apresenta um conjunto de imóveis classificados pelo IPPAR, encontrando-se ainda um imóvel em via de classificação. Relativamente à tipologia, verifica-se um predomínio da arquitectura civil sobre a arquitectura religiosa (Quadro 4.2).

**Quadro 4.2 - Património edificado do Concelho registado no IPPAR.**

Designação	Situação Actual	Categoria de Protecção	Freguesia	Tipologia
Ponte de Santo Antoninho	Em vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Constância	Arquitectura Civil / Ponte
Pelourinho de Constância	Classificado	IIP Imóvel de Interesse Público	Constância	Arquitectura Civil / Pelourinho
Casa de Camões ou Casa dos Arcos	Classificado	IIP Imóvel de Interesse Público	Constância	Arquitectura Civil / Casa
Igreja da Misericórdia de Constância	Classificado	IIP Imóvel de Interesse Público	Constância	Arquitectura Religiosa / Igreja
Igreja Matriz de Constância / Igreja de Nossa Senhora dos Mártires / Igreja de São Julião	Classificado	IIP Imóvel de Interesse Público	Constância	Arquitectura Religiosa / Igreja

Fonte: Plano Estratégico de Constância, 2007.

Para além dos imóveis classificados ou em vias de classificação, existem outros imóveis com interesse que são importantes testemunhos de arquitectura religiosa, civil privada, civil pública e estruturas de apoio. Podem, ainda, identificar-se outros sítios ou conjuntos que pelo seu interesse histórico, arqueológico, natural ou social apresentam valor do ponto de vista patrimonial. Do mesmo modo, deve salientar-se que o património arqueológico assume alguma expressão no concelho como se pode observar no inventário constante no Quadro 4.3.

**Quadro 4.3- Sítios Arqueológicos**

N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia
I	Bairro do Caima		Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	Constância
II	Capela Stº António de Ente Vinhas	14739	Capela	Sec. XV-XIX	Constância
III	Casal do Moinho do Vento	24562	Vestígios Diversos	Romano	Constância
IV	Constância-sul			Romano	Constância
V	Cova dos	24563	Povoado	Neolítico / Calcolítico/	Constância

N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia
	Castanheiros			Bronze	
VI	Quinta do Feital	24565	Acampamento/oficina de talhe	Mesolítico	Constância
VII	Quinta de São Vincente	24566	Povoado	Neolítico / Calcolítico/ Bronze/ Ferro / Sec. XV-XIX	Constância
VIII	Alminhas	24567	Povoado	Mesolítico/ Neolítico / Calcolítico/ Bronze	Montalvo
IX	Cabeço da Perdida	24568	Casal	Idade Média	Montalvo
X	Chã da Bica I	24569	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico/ Romano	Montalvo
XI	Chã da Bica II	24570	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	Montalvo
XII	Chã da Bica III	24571	Conheira	Romano	Montalvo
XIII	Casal do Montalvo	24572	Casal Rústico	Alta Idade Média	Montalvo
XIV	Casal dos Palheiros I	24573	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico/ Alta Idade Média	Montalvo
XV	Casal dos Palheiros II	24574	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	Montalvo
XVI	Ponte de Stº António/Antoninho I	24575	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	Montalvo
XVII	Ponte de Stº António II	24576	Conheira	Calcolítico/ Bronze/ Ferro/ Romano	Montalvo
XVIII	Ponte de Stº António III	24577	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	Montalvo
XIX	Qtª da Lameira	24578	Casal Rústico	Romano/ Alta Idade Média	Montalvo
XX	Qtª da Légua	24579	Casal Rústico	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico/ Alta Idade Média/ Sec.XV-IXI	Montalvo
XXI	Qtª do Morgado	24580	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Romano	Montalvo
XXII	Qtª da Gorda I	24595	Villa	Romano	Montalvo
XXIII	Qtª da Gorda II	24596	Conheira	Alta Idade Média	Montalvo
XXIV	Qtª da Gorda III		Cas/Capela?	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Romano/ Sec.XV-IXI	Montalvo
XXV	Terra Fria – Chã da Bica	11448	Villa	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico/ Romano/ Sec.XV-IXI	Montalvo
XXVI	Vale Vaqueiro	24597	Povoado?	Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	Montalvo
XXVII	Aldeia de Stª Margarida da Coutada		Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico/ Bronze/ Ferro/ Romano/ Alta Idade Média/ Sec.XV-IXI	St.ª Margarida
XXVIII	Arreiro I	24598	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida
XXIX	Arreiro II	24599	Povoado?	Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida
XXX	Cabeço da Pereira I	24600	Acampamento/oficina de talhe. Povoado?	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida
XXXI	Cabeço da Pereira II	24601	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico	St.ª Margarida
XXXII	Cabeço da Pereira III	24602	Acampamento/oficina de talhe	Mesolítico	St.ª Margarida

N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia
XXXIII	Chã da Ervideira I	24603	Acampamento/oficina de talhe?	Paleolítico	St.ª Margarida
XXXIV	Chã da Ervideira II	24605	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida
XXXV	Casal do Carvalho I	12811	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida
XXXVI	Casal do Carvalho II	605	Balneário	Paleolítico/ Ferro Romano/ Sec.XV-IXI	St.ª Margarida
XXXVII	Casal da Igreja de Baixo I	24719	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida
XXXVII I	Casal da Igreja de Baixo II	24720	Acampamento/oficina de talhe. Povoado?	Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida
XXXIX	Coruja de Caima I		Indeterminado	Mesolítico	St.ª Margarida
XL	Coruja de Caima II	24721	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida
XLI	Coruja de Caima III	24723	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida
XLII	Ervideira I	24724	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico Mesolítico	St.ª Margarida
XLIII	Ervideira II	24725	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida
XLIV	Ervideira III	24726	Casal /dependência agrícola ?	Alta Idade Média	St.ª Margarida
XLV	Ervideira IV	11461	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico	St.ª Margarida
XLVI	Malpique	24730	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Mesolítico/ Neolítico/Calcolítico	St.ª Margarida
XLVII	Mariola I	24727	Acampamento/oficina de talhe	Mesolítico	St.ª Margarida
XLVIII	Mariola II	24728	Acampamento/oficina de talhe	Mesolítico	St.ª Margarida
XLIX	Outeiro Alto I	24731	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico	St.ª Margarida
L	Outeiro Alto II	24732	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida
LI	Pereira	24733	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Mesolítico	St.ª Margarida
LII	Portela I	24735	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida
LIII	Portela II	24736	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida
LIV	Pinhal da Ferraria	14653	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico	St.ª Margarida
LV	Porco	24737	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida
LVI	Qtª do Lodão	24738	Casal Agrícola	Ferro	St.ª Margarida
LVII	Vale Mestre I	24739	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida
LVIII	Vale Mestre II	24740	Acampamento/oficina de talhe	Mesolítico	St.ª Margarida
LIX	Vale da Laje I	24741	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico/ Alta Idade Média	St.ª Margarida
LX	Vale da Laje II	24742	Acampamento/oficina de talhe	Mesolítico	St.ª Margarida
LXI	Porto Barroso I	14733	Vestígios Diversos	Contemporâneo/ Pré-História	Constância
LXII	Porto Barroso II	14734	Vestígios Diversos	Contemporâneo/ Pré-História	Constância

N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia
LXIII	Qt.ª de S. João I	14727	Vestígios Diversos	Contemporâneo/ Pré-História	Constância
LXIV	Qt.ª de S. João II	14728	Achados Isolados	Contemporâneo/ Pré-História	Constância
LXV	Ribeira de Vale Mestre	14729	Vestígios Diversos	Indeterminado/ Pré-História	indeterminado
LXVI	Praça Alexandre Herculano	11327	Necrópole	Medieval/ Cristão/Moderno	Constância
LXVII	Rua da Misericórdia	22363	Aqueduto	Contemporâneo	Constância
LXVIII	Rua João Chagas	11358	Muro	Medieval Cristão	Constância
LXIX	Capareira	11461	Galeria Coberta	Indeterminado	Constância
LXX	Cardal	14760	Vestígios Diversos	Indeterminado/ Pré-História	St.ª Margarida
LXXI	Herdade do Carvalho	4737	Necrópole	Romano	St.ª Margarida

Fonte: Carta Arqueológica do concelho de Constância/ Instituto Português de Arqueologia

No domínio do património cultural, em concreto das artes e ofícios, em Constância são produzidos vários tipos de objectos de artesanato, nomeadamente: artigos em tear natural; bancos e cadeiras em bunho; flores de papel; manta de retalhos; barcos de Madeira; moinhos de papel; rendas de cinco agulhas; rendas de frioleiras; as famosas bonecas "monas" (bonecas feitas de pano e cana).

Ao nível da intervenção social, a Câmara Municipal de Constância implementou, em 2002, o Programa Rede Social com o objectivo de combater a pobreza e a exclusão social. Este programa, pressupõe o desenvolvimento integrado do território com a participação dos diferentes intervenientes (públicos, privados e particulares), com responsabilidades em diversos sectores, e dos próprios cidadãos.

No que se refere às Infra-estruturas urbanas, foram introduzidas no concelho de Constância significativas melhorias, destacando-se, as seguintes: a nível do abastecimento de água, a captação de água passou a ser feita na Albufeira de Castelo de Bode, tendo-se eliminado a necessidade de recorrer a furos para abastecimento dos aglomerados concelhios; a nível do saneamento, o tratamento dos efluentes domésticos da vila de Constância passou a ser feito na ETAR da fábrica de pasta de papel do Caima; a nível da recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, procedeu-se à desactivação, selagem, vedação, requalificação paisagística e recolha e tratamento de lixiviados em todas as lixeiras do concelho.

Nos últimos anos foram também construídos novos equipamentos, sendo de destacar a construção das novas instalações do Centro de Saúde de Constância, a ampliação da Santa Casa da Misericórdia e a implementação das Piscinas.

A questão das acessibilidades e transportes é fundamental para a integração do concelho ao nível supra local, dispondo o concelho de boas acessibilidades externas, das quais de destacam:

- Proximidade ao IP1/A1 e o facto de ser servido directamente pelo IP6/A23 (ligação transversal entre os dois eixos longitudinais mais importantes da rede nacional – IP1 e o IP2), conferindo-lhe excelentes condições de acessibilidade rodoviária, sobretudo, e no que diz respeito às ligações ao interior centro;
- A EN 118, que atravessa transversalmente o território situado a Sul do Tejo com uma orientação aproximadamente paralela à do IP6/A23, estabelece algumas ligações semelhantes a esta via, embora de âmbito limitado, sobretudo no sentido Poente.
- A ligação entre as duas margens do Tejo, estabelecida através da ponte rodod-ferroviária da Praia do Ribatejo, constitui igualmente uma ligação bastante relevante, assegurando acessibilidades locais entre as duas margens de importância fulcral a nível interno e, pela sua articulação com a antiga EN3 e com o IP6/A23, um conjunto de ligações de nível superior à zona Sul do Concelho.

Em termos ferroviários o concelho é servido pela linha do Leste que se desenvolve ao longo da margem Sul do Rio Tejo, no qual existe uma única infra-estrutura de acesso, a estação de Sta. Margarida, situada junto à EN118. De salientar a proximidade relativamente ao grande centro ferroviário do Entroncamento.

O serviço de transporte público colectivo é assegurado por um único operador, a Rodoviária do Tejo, sendo constituído por um conjunto de seis carreiras regulares interurbanas e regionais, uma carreira local e por duas do tipo Expresso.

## 4.2 Descrição da Proposta de Revisão do PDM

A proposta de revisão do PDM de Constância, além de consubstanciar um modelo de organização espacial territorial, reveste a natureza de instrumento orientador das estratégias de desenvolvimento do território concelhio, que se encontra materializado no Plano Estratégico de Constância. Desta forma, a revisão do PDM deve reflectir e concretizar as opções estratégias na sistematização da ocupação do território, de forma a alcançar um desenvolvimento sustentável.

### 4.2.1 Objectivos

A Revisão do PDM de Constância prende-se, entre outros aspectos, com a necessidade de suprimir deficiências e de agilizar a gestão do Plano, de forma a assegurar um ordenamento do território mais adequado à realidade actual do concelho e da região onde se insere. Para além do referido, constitui ainda um factor

preponderante a necessidade de digitalização dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, em especial dos PDM's.

De acordo com Plural (1ª Revisão do PDM de Constância – Volume II – relatório de Proposta), a Revisão do PDM de Constância tem, então, como objectivos:

- Ajustar o Plano à realidade do concelho, nomeadamente através da correcção de situações desadequadas às necessidades e anseios da população;
- Agilizar a gestão do Plano Director Municipal e promover a ocupação equilibrada do território, através da consolidação dos aglomerados urbanos e da preservação da respectiva identidade;
- Adequar a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional, à realidade do concelho e ao ordenamento em Solo Urbano, para que não subsistam situações de aglomerados que, não tendo definido um perímetro, estão integrados em RAN ou REN;
- Impulsionar a protecção e valorização do meio ambiente e a salvaguarda do património histórico, paisagístico e cultural, considerando a sua importância para a fixação e atracção de população e de novas actividades económicas;
- Especificar um modelo estratégico de actuação que estabeleça acções distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado do concelho, tendo em atenção as mudanças operadas nos últimos anos;
- Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos municipais e estatais, adequados ao desenvolvimento do concelho;
- Proceder à reestruturação da Rede Viária (PRN 2000) e considerar o traçado das novas infraestruturas viárias na definição de uma proposta de ordenamento;
- Promover a requalificação de alguns aglomerados, através da criação de espaços verdes e da implantação de equipamentos colectivos;
- Adequar o PDM à nova legislação em vigor, nomeadamente:
  - Ao enquadramento legal dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo D.L. n.º 316/2007, de 19 de Setembro), prevê diferentes exigências e orientações para os Planos Municipais de Ordenamento do Território, não só em termos de estruturação e conteúdo documental, mas também da classificação e qualificação do solo;
  - Ao regime jurídico da urbanização e da edificação (Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro) com a alteração dos procedimentos do licenciamento municipal e adopção de novos conceitos e definições;
  - Ao regime legal sobre o ruído (DL n.º 9/2007 de 17 de Janeiro, alterado pela Declaração de Rectificação n.º 18/2007 de 16 de Março e pelo DL n.º 278/2007 de 1 de Agosto; e o DL n.º 146/2006 de 31 de Julho, alterado pela Decl. Rect. n.º 57/2006 de 31 de Agosto), que obriga à conformidade



dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, designadamente através da delimitação nestes das “zonas sensíveis” e das “zonas mistas”.

## 4.2.2 Estratégia de desenvolvimento para o Concelho

A Estratégia de Desenvolvimento de Constância preconiza as grandes linhas de orientação do modelo de planeamento territorial. Por intermédio da concretização dos objectivos de revisão do PDM, constitui-se uma oportunidade para o desenvolvimento do concelho a médio/longo prazo, de uma forma integrada e sustentada.

Do relatório de Análise e Diagnóstico (Volume I – Novembro de 2007) da 1ª Revisão do PDM de Constância, resultaram opções estratégicas e cenários prospectivos (Constância Expectante, Constância à margem, Constância Protagonista) que visavam analisar alternativas de desenvolvimento. De acordo com o referido no Relatório de Proposta de Revisão do PDM, o cenário recomendado foi um cenário compósito integrador dos objectivos de desenvolvimento do concelho que assenta em orientações programáticas para resolução das carências infraestruturais identificadas e para valorização dos recursos concelhios em áreas e actividades prioritárias.

Os referenciais programáticos que constituem o cenário compósito reflectem as preocupações de competitividade territorial do Concelho e através dos domínios prioritários que devem ser contemplados com Programas e Projectos, enformam o objectivo central proposto para a Estratégia de Desenvolvimento de Constância:

**CONSTÂNCIA: UM CONCELHO DE OFERTA DIVERSIFICADA E QUALIFICADA, PARA VISITANTES E RESIDENTES, ATRACTIVA PARA O INVESTIMENTO PRODUTIVO, EM ARTICULAÇÃO COM O SISTEMA URBANO DO MÉDIO TEJO.**

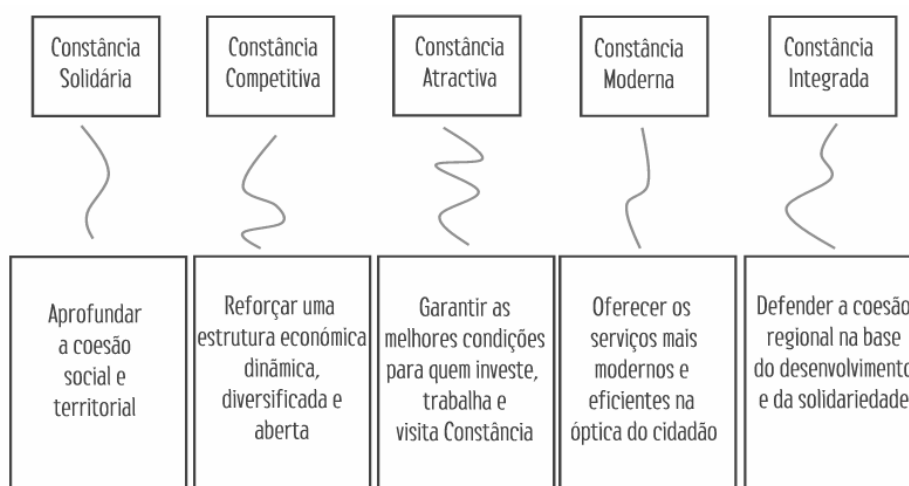
### 4.2.2.1 Linhas Estratégicas de Desenvolvimento

O objectivo global determinado deverá ser progressivamente implementado, a partir de eixos estratégicos de desenvolvimento que contemplem a:

- **Valorização integrada de recursos naturais**, factores de localização e características (diversidade) do território, orientada para novos produtos e serviços, fazendo da inovação e da integração um factor chave de sucesso;
- **Valorização dos recursos humanos**, orientada para as qualificações requeridas pelo processo de desenvolvimento económico e empresarial na área concelhia, privilegiando actividades de maior incorporação de valor acrescentado (e exigindo maior know-how);

- **Promoção da coesão social e territorial** face aos desafios demográficos e às particularidades espaciais do Concelho;
- **Fortalecimento da estrutura empresarial**, orientado por propósitos de recuperação e reordenamento de situações existentes, e por propósitos de acolhimento de iniciativas de emprego qualificado e de dinamização de outros sectores de actividade, não desvalorizando claro a tradição industrial de Constância;
- **Desenvolvimento do turismo**, orientado para nichos de mercado que aproveitem as excelentes condições locais para esta actividade, abrangendo, em particular:
  - Equipamento de suporte turístico (alojamento e restauração), beneficiando da melhoria das acessibilidades e da mobilidade;
  - Equipamento de animação turística e de recreio e lazer, a oferecer a uma população mais vasta que a regional;
  - Recuperação e revitalização de espaços e edificações que integram o património histórico-cultural, integrando no seu uso acções de animação cultural e dinamização do mundo rural;
  - Definição de um produto turístico combinado e atractivo, viabilizando o património construído e valorizando o património natural.

Os Eixos de Desenvolvimento resultantes da avaliação efectuada e considerados pelo município como a base da estrutura que permitirá protagonizar o desenvolvimento de Constância num horizonte de 10 anos são os seguintes:



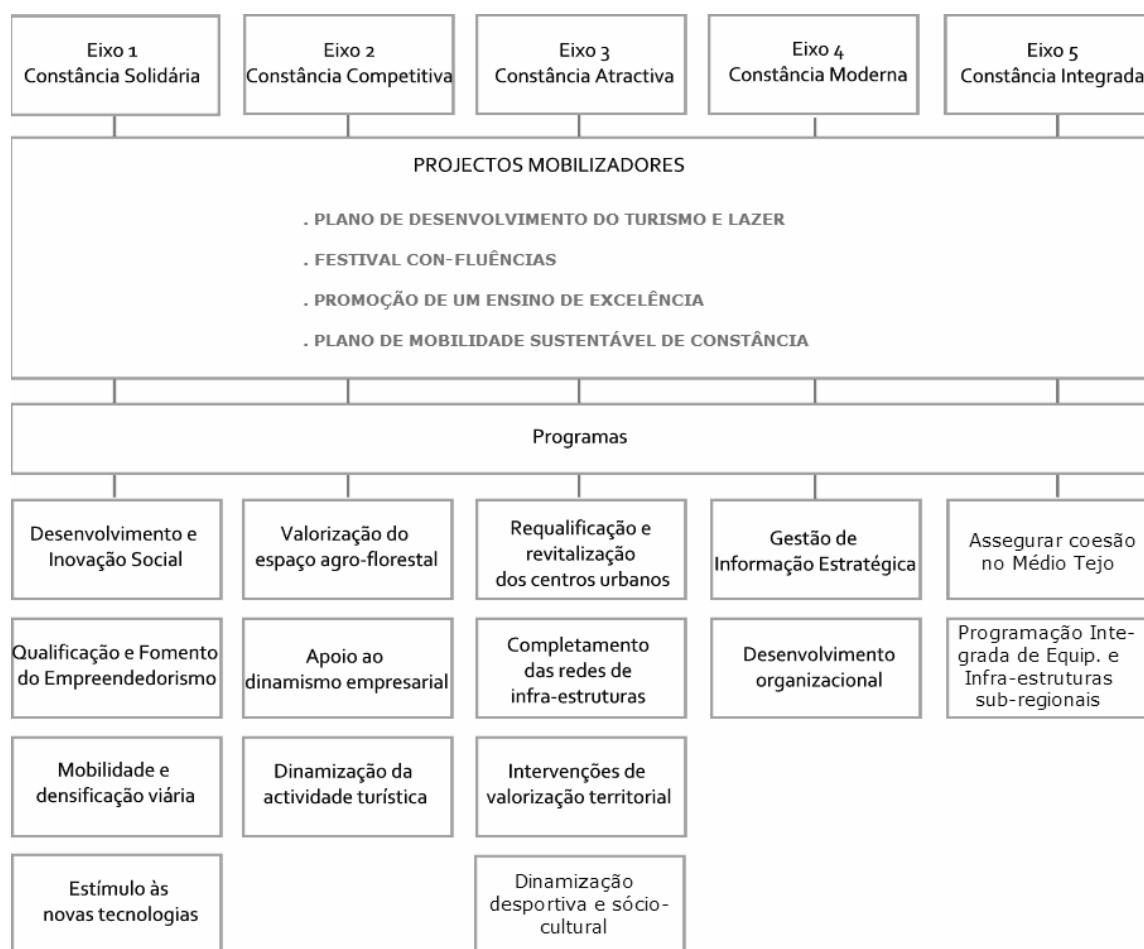
**Figura 4.2 - Eixos de Desenvolvimento de Constância**

Fonte: Plano Estratégico de Constância, 2007.

Estes eixos são operacionalizados através de 15 Programas de Actuação e 4 Projectos Mobilizadores de carácter transversal. Os Programas de Actuação são

materializados através de um conjunto de acções/projectos propostos que cobrem uma vasta gama de aspectos em convergência com a visão definida para o município. Os projectos estruturantes para ancorar o desenvolvimento de Constância pretendem ser capazes de não só impulsionarem as restantes propostas, como dar maior visibilidade a uma estratégia de valorização e qualificação assumida pelo município.

Na Figura 4.3 apresenta-se um esquema que sintetiza a estrutura estratégica concebida para Constância. Embora os eixos sejam correspondidos pelos respectivos programas, verifica-se que os projectos mobilizadores não são directamente apropriáveis por nenhum dos eixos e programas mas apresentam a capacidade de, em todos eles, fazerem exercer o seu efeito.



**Figura 4.3 - Síntese dos Eixos, Projectos Mobilizadores e Programas do Plano Estratégico de Constância.** Fonte: Plano Estratégico de Constância, 2007.

De acordo com o Relatório de Proposta de Revisão do PDM, sobressaem como vectores estratégicos para o desenvolvimento do concelho, cumprindo o grande objectivo de afirmar Constância pela atractividade, solidariedade, competitividade e inovação, os seguintes:

- ⇒ **Valorização da localização, dos recursos naturais e culturais e da diversidade territorial, com preservação da qualidade do espaço** - tendo presente as potencialidades identificadas, e a possibilidade de implementar oportunidades detectadas para ampliar a atractividade do concelho;
- ⇒ **Reforço da armadura social e da valorização e emprego dos recursos humanos** – importando reforçar a solidariedade e eliminar ou atenuar as ameaças identificadas a nível da situação social e fortalecer as condições para a competitividade e inovação;
- ⇒ **Reforço da coesão do território concelhio e da integração com territórios envolventes** – tendo presente a redução e progressiva eliminação dos factores que tem provocado um crescimento e desenvolvimento assimétrico do concelho.

### 4.2.3 Sistema Urbano

A definição da hierarquia dos aglomerados do concelho deverá servir de orientação à implantação espacial de equipamentos e de actividades económicas promotoras de desenvolvimento e coesão territorial.

Em termos de modelo de desenvolvimento, o sistema urbano proposto está definido em 4 níveis:

- Nível I – Constância;
- Nível II – Montalvo, Aldeia de Santa Margarida e Malpique;
- Nível III – Portela e Vale de Mestre;
- Nível IV – Pereira e Constância Sul.

Neste sistema, pretende-se reforçar a importância da sede de concelho no contexto sub-regional, bem como consolidar a importância e a estrutura dos centros de segundo nível. No terceiro e quarto níveis pretende-se proporcionar igualdade de oportunidades em termos de desenvolvimento futuro.

### 4.2.4 Classificação e Qualificação do solo

De acordo com o Relatório da Proposta de Revisão do PDM, são as seguintes as linhas mestras definidas para o ordenamento do concelho de Constância:

- Ajustar as áreas urbanizadas, delimitando-as com rigor, em função da ocupação efectiva ou do seu comprometimento legal de ocupação;

- Contrariar, sempre que possível, as expansões urbanas ao longo das vias através da interrupção dos perímetros urbanos (nos aglomerados de menores dimensões) ou da implementação de faixas de estrutura ecológica urbana, associadas ao domínio hídrico e às linhas de drenagem superficial ou outras áreas com interesse ecológico;
- Definir correctamente os solos cuja urbanização seja possível programar, em função das expectativas de desenvolvimento e de crescimento, tendo em conta as características do território em causa;
- Dotar o concelho de áreas vocacionadas para a implementação de equipamentos e espaços verdes urbanos que contribuam, não só para a população residente, mas também como atractivo para fixar nova população e aumentar o fluxo de visitantes;
- Definir Estrutura Ecológica Urbana, sempre que possível, através da implementação de faixas associadas ao domínio hídrico e às linhas de drenagem superficial ou a outras áreas com interesse ecológico;
- Definir áreas de expansão de vocação industrial, estrategicamente localizadas, como base impulsionadora para fixação deste sector, fomentando, actividades de carácter e iniciativa local;
- Promover o potencial natural do concelho propondo espaços de fruição e lazer;
- Desenvolver uma proposta de rede viária estruturante, articulada com as acessibilidades externas, e que sustente as propostas de ordenamento;
- Definir as características do ordenamento em solo rural ajustadas à realidade concelhia, articulando a salvaguarda das áreas mais sensíveis com a necessidade da sua utilização equilibrada para diversos fins;
- Identificar os valores patrimoniais a salvaguardar e definir medidas de protecção e incentivo à conservação;
- Identificar as áreas a sujeitar a Unidades Operativas de Planeamento e Gestão ou projectos em função da especificidade de ocupação pretendida e da existência de valores a salvaguardar e promover;
- Identificar as incompatibilidades com RAN e REN.

O ordenamento para o Concelho, que incide sobre a totalidade do Solo Rural e Urbano, assenta nas categorias e subcategorias de espaço constantes no quadro seguinte:

**Quadro 4.4 - Categorias e subcategorias de Espaço.**

Classes	Categoria de Espaço	Subcategoria de Espaço
SOLO RURAL	Espaços Agrícolas	Espaços Agrícolas Complementares Espaços Agrícolas de Produção
	Espaços Florestais	Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação
	Espaços Naturais	

	Espaços de Exploração Mineira	Espaços Consolidados
	Aglomerados Rurais	
	Quintas	
	Espaços Afectos ao Campo Militar	
<b>SOLO URBANO</b>	Solos Urbanizados	Espaços Urbanizados de Tipo I Espaços Urbanizados de Tipo II Espaços de Equipamentos Espaços de Indústria Espaços Militares
	Solos cuja Urbanização seja Possível Programar	Espaços a Urbanizar de Tipo I Espaços a Urbanizar de Tipo II Espaços para Equipamentos Espaços para Indústria Espaços para Turismo Espaços Militares a Urbanizar
	Solos afectos à Estrutura Ecológica Urbana	Espaços Condicionados Espaços não Condicionados
<b>ESPAÇOS CANAIS</b>		Rede Rodoviária Rede Ferroviária

Fonte: Relatório de Proposta da 1ª Revisão do Plano Director Municipal de Constância, 2008.

Para além das categorias e subcategorias do Solo Rural, do Solo Urbano e dos Espaços Canais, foram ainda considerados outras potencialidades ou restrições ao uso, que em termos de ordenamento representam:

- Outras Infraestruturas: Infraestruturas de Saneamento Básico;
- Valores Culturais: Imóveis Classificados ou em Vias de Classificação, Outros Imóveis com Interesse e Sítios Arqueológicos;
- Unidades Operativas de Planeamento e Gestão;
- Zonas Inundáveis em Solo Urbano.

As Zonas Inundáveis correspondem aos espaços urbanos atingidos pela maior cheia conhecida. A sua marcação na planta de ordenamento resulta das disposições constantes no D.L. 364/98, de 21 de Novembro e da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro que aprova a Lei da Água, visando a sua clara identificação e definição de regulamentação própria que estabeleça as restrições necessárias para fazer face ao risco de cheia.

#### 4.2.4.1 Qualificação do espaço rural

De acordo com o referido no Relatório da Proposta de Revisão do PDM, o concelho de Constância apresenta algumas particularidades que proporcionam potencialidades

para o desenvolvimento rural, nomeadamente a presença do rio Tejo e a proliferação de quintas com interesse arquitectónico e paisagístico. Estas particularidades são uma mais valia para o concelho que não se deve desprezar, sendo essencial um ordenamento do território que alie o potencial produtivo e as qualidades e sensibilidade do meio biofísico. Desta forma, são estabelecidas para o Solo rural as categorias e subcategorias de espaço constantes do Quadro 4.4.

A delimitação das categorias e subcategorias consideradas resulta da sobreposição da planta de Ocupação do Solo, da Reserva Agrícola Nacional (RAN), da consulta da Reserva Ecológica Nacional (REN) e do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo (PROF-R), tendo sido complementada com o recurso a ortofotomapas e a deslocações ao território.

Deste modo, foi considerado que as áreas importantes ao nível de sensibilidade ecológica se restringem ao rio Tejo e a áreas declivosas enquanto a restante área do concelho é abrangida essencialmente por áreas florestais de produção. Destaca-se também a importância da Reserva Agrícola Nacional nas margens do rio Tejo.

No quadro seguinte, apresenta-se o conjunto de objectivos genéricos considerados nas categorias e subcategorias de espaço definidas:

**Quadro 4.5 - Objectivos genéricos das Categorias de Espaço do solo rural.**

		OBJECTIVOS GENÉRICOS
CATEGORIAS DE ESPAÇO	Espaços Agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• a manutenção e promoção do tecido agrícola produtivo;</li> <li>• a conservação do recurso solo, mantendo o uso agrícola existente em áreas com aptidão agrícola;</li> <li>• a protecção e promoção de uma actividade que tem vindo a perder importância na estrutura económica;</li> <li>• a diversificação paisagística e a manutenção do mosaico da paisagem através da preservação e do privilégio do uso agrícola;</li> <li>• a aplicação do Código de Boas Práticas Agrícolas.</li> </ul>
	Espaços Florestais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• a conservação de manchas florestais de espécies autóctones existentes com dimensão e importância económica significativa, contribuindo para o bem estar material das sociedades rurais e urbanas;</li> <li>• a promoção de povoamentos florestais com utilização de espécies autóctones em florestas cuja principal função visa a conservação;</li> <li>• a protecção de zonas ambientalmente sensíveis, como é o caso de áreas com risco de erosão, contribuindo para a manutenção da biocenose;</li> <li>• o aumento da área arborizada dos espaços florestais e a promoção da sua recuperação através da arborização com espécies de elevado potencial produtivo para a região.</li> </ul>

OBJECTIVOS GENÉRICOS		
	Espaços Naturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• a garantia de salvaguarda do equilíbrio e da diversidade ecológica, a prevenção de degradações ambientais e a minimização dos factores de perturbação.</li> </ul>
	Espaços de Exploração Mineira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• a exploração de recursos geológicos, com interesse económico local e regional, de uma forma racional e planeada;</li> <li>• a recuperação das explorações desactivadas permitindo uma reintegração na paisagem;</li> <li>• a salvaguarda de reserva de materiais de relevância para a economia regional e nacional.</li> </ul>
	Aglomerados rurais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• a ocupação urbana em espaço rural, utilizando as infraestruturas existentes, mantendo as características do espaço em que se insere;</li> <li>• a viabilização de regimes de edificação intermédios entre o solo rural e o solo urbano.</li> </ul>
	Quintas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• a recuperação do património cultural e paisagístico de quintas através da criação de unidades turísticas, o que viabilizará também o tratamento e qualificação da envolvente rural.</li> </ul>
	Espaços Afectos ao Campo Militar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• para estes espaços não são definidos objectivos, por constituírem uma Servidão Militar correspondente ao Campo de Instrução Militar de Santa Margarida.</li> </ul>

Fonte: Relatório de Proposta da 1ª Revisão do Plano Director Municipal de Constância, 2008.

#### 4.2.4.2 Qualificação do espaço urbano

O perímetro urbano pressupõe a existência de espaços onde se concentra o povoamento, isto é, envolve a estrutura urbana dos aglomerados. Este perímetro funciona como elemento de contenção que visa evitar a expansão da área edificada. Segundo o Relatório da Proposta de Revisão do PDM, os Solos urbanos encontram-se divididos nas categorias e sub-categorias descritas no Quadro 4.4, tendo sido feita uma redefinição do perímetro urbano para todos os aglomerados. Esta redefinição procura consolidar a ocupação dos espaços livres e definir áreas de expansão adequadas. Pretendeu-se, essencialmente, corrigir alguns desajustes verificados, nomeadamente através da inclusão no perímetro urbano de pequenos conjuntos edificados, tendo em atenção o grau de dotação em infra-estruturas básicas, a pressão urbanística a que estão sujeitos, e, ainda, a proximidade a áreas de maior dinâmica. De igual modo, sempre que se verificou a inadequabilidade dos perímetros urbanos em vigor face às características do terreno, ou à excessiva extensão dos mesmos, remeteram-se diversas áreas para o Solo Rural.

Importa salientar que a Proposta de Revisão do PDM, em concordância com o disposto na legislação em vigor aplicável, considera a definição da Estrutura Ecológica



Urbana (EEU) nos aglomerados urbanos. A afectação dos solos à EEU é importante para que se possa assegurar a preservação dos princípios e valores da estrutura biofísica básica e diversificada, assumindo esta, funções e formas eminentemente urbanas, numa lógica integrada e num contexto de “*continuum naturale*” relativamente aos restantes espaços que integram a Estrutura Ecológica Municipal.

Deste modo, e salvo situações pontuais, a Proposta de Revisão do PDM considera a integração em EEU de todos os espaços com interesse biofísico, com vista à salvaguarda ambiental, existentes no interior dos perímetros urbanos, como sejam manchas florestais significativas, linhas de drenagem superficial, cursos de água, áreas com declives acentuados, zonas húmidas, espaços verdes existentes ou previstos, etc., promovendo, sempre que possível, o seu atravessamento na estrutura urbana e a associação a áreas de equipamento. Foi considerada a divisão dos Solos afectos à Estrutura Ecológica Urbana em duas subcategorias:

- Condicionados, quando em presença de espaços naturais com funções relevantes ao nível do funcionamento dos sistemas ecológicos, identificados, ou não, na RAN ou na REN, como áreas de risco de erosão, zonas ameaçadas pelas cheias, zonas de protecção a lagoas, áreas atravessadas por linhas de água e de drenagem natural, etc. Foram ainda incluídas nestes espaços, sempre que possível, as zonas de conflito acústico, ou seja, as áreas em que o nível de exposição ao ruído ultrapasse o definido no regime legal para as zonas mistas e sensíveis. Nestes espaços só se permitem utilizações de recreio e lazer compatíveis com a preservação e com a manutenção do funcionamento dos sistemas ecológicos, sendo interdita a construção, mas permitida a reconstrução de estruturas existentes para utilização cultural e de recreio ou de apoio à actividade agrícola;
- Não condicionados, quando em presença de espaços públicos ou privados, construídos ou naturais, equipados ou não, que contribuem ou se prevê que venham a adquirir características que concorrem para a melhoria do ambiente urbano e de qualidade de vida das populações, como jardins públicos, largos arborizados ou ajardinados, manchas relevantes de espécies florestais, etc.. Esta classificação admite construção cuja finalidade se integre em programas de recreio e lazer.

#### 4.2.4.3 Potencialidades e Restrições ao uso do solo

A programação e monitorização das infra-estruturas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável do concelho e para a manutenção do equilíbrio dos sistemas ecológicos. Assim, na proposta de modelo territorial existem áreas destinadas a Outras infra-estruturas que englobam Infra-estruturas de saneamento básico.

De acordo com o Relatório da Proposta de Revisão do PDM, os valores culturais são constituídos pelo património edificado, por conjuntos com interesse e pelos sítios arqueológicos, que pelas suas características, se assumem como valores de reconhecido interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social. Este património construído oferece ao concelho de Constância oportunidades para um maior desenvolvimento turístico, conjugado com os seus recursos naturais. A promoção deste conjunto de potencialidades, abarcando o turismo cultural, o turismo de emoções e o turismo ambiental, pode funcionar como alavanca para um desenvolvimento equilibrado, sustentado e harmonioso dos diversos aglomerados, promovendo-se intervenções de requalificação da imagem urbana e a salvaguarda do património. Deve, portanto, ser objecto de especial cuidado através de acções de recuperação-renovação e arranjos exteriores, bem como, incentivada a sua preservação com a preocupação de que as novas construções, que sejam efectuadas na sua proximidade, promovam conjuntos harmoniosos, sem, contudo, ser obrigatório o recurso a tecnologias e linguagens tradicionais.

A proposta de revisão do PDM inclui ainda áreas de risco ao uso do solo, potencialmente condicionantes, que são:

Zonas inundáveis em solo urbano - Correspondem às áreas urbanas atingidas por cheias, tendo sido delimitada pela linha alcançada pela maior cheia conhecida, referente ao ano de 1979. São zonas adjacentes às linhas de água - constituem os sistemas húmidos, nos quais a influência da toalha freática é permanente, os solos são constituídos por aluviossolos ou coluviossolos, apresentando grande valor ecológico, sujeitos a inundações periódicas.

Defesa da floresta contra incêndios - Houve a preocupação e necessidade de articular o PDM com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Constância, que se encontra em adaptação às novas orientações da Direcção Regional de Florestas. Neste contexto, foram consideradas e integradas no PDM duas peças desenhadas do PMDFCI, designadamente, Risco de Incêndio e Prioridades de Defesa e identificados aspectos fundamentais que tiveram de ser cuidadosamente acautelados neste processo de compatibilização:

- As Redes primárias de faixas de gestão de combustível;
- As Faixas de gestão de combustível em torno dos aglomerados;
- As Áreas de risco elevado e muito elevado de incêndio.

Classificação acústica - De acordo com o referido no Relatório da Proposta de Revisão do PDM, tendo em conta as disposições legais sobre a matéria, foram classificadas como:

- **Zonas Mistas** as seguintes subcategorias de espaço: Espaços Urbanizados (que na generalidade apresentam usos diversos e não exclusivamente habitacional), Espaços a Urbanizar, Espaços para Turismo e Espaços de e para Equipamentos (que não sejam escolas, hospitais ou similares).
- **Zonas Sensíveis** os Espaços de Equipamentos e para Equipamentos que dizem respeito a escolas, hospitais ou similares.

Na sequência dessa classificação, no âmbito da Proposta de Revisão do PDM, foram identificadas Zonas de Conflito que correspondem àquelas onde os níveis de ruído identificados no Mapa de Ruído ultrapassam os valores normativos estipulados para as zonas sensíveis e as zonas mistas.

Para todas as Zonas de Conflito, ou seja, para as Zonas Sensíveis e Zonas Mistas identificadas em que o nível de exposição ao ruído contraria o disposto no regime legal, a Proposta de Revisão do PDM recomenda que a Câmara Municipal proceda à elaboração e à aplicação de planos de redução de ruído, prevendo técnicas de controlo do ruído. É referido ainda que, nas zonas de conflito, na ausência de Planos de Redução de Ruído, é interdita a construção de edifícios de habitação e equipamentos escolares, de saúde, religiosos e de assistência a crianças e idosos.

## 5 Identificação de Factores Críticos para a Decisão

### 5.1 Quadro de Referência Estratégica

Para verificar a coerência do plano sujeito a AA(E) com a visão e os objectivos dos documentos de referência estratégicos de natureza horizontal e os planos ou programas relevantes, é desenvolvido um quadro de referência, que constituirá um referencial para avaliação, através da identificação das orientações de política ambiental, de ordenamento, de sustentabilidade e sectoriais estabelecidas a nível nacional e regional. Desta forma, são estabelecidas ligações aos planos e programas que podem, pela sua natureza e finalidade, influenciar o objecto de avaliação em AA(E).

O PDM é um instrumento de planeamento fundamental para a aplicação, ao nível local, das estratégias definidas a nível regional e nacional, devendo, por isso, articular-se com os planos de diversas naturezas, aplicáveis ao território em causa. Neste contexto, na revisão do PDM de Constância, assumem particular relevância os instrumentos orientadores da estratégia de desenvolvimento territorial, social e económica apresentados no Quadro 5.1.

**Quadro 5.1 – Planos, programas e estratégias que formam o QRE.**

Documentos de Referência	Diplomas	Âmbito
Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013	RCM n.º 86/2007, de 3 de Julho	Aprova o QREN para o período 2007-2013
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável	RCM n.º 109/2007, de 20 de Agosto	Estabelece o Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 103-A/2007	Aprova o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
Estratégia Nacional para a Energia	RCM n.º 169/2005, de 24 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio	Aprova a Estratégia Nacional para a Energia
Programa Nacional para as Alterações Climáticas	RCM n.º 104/2006, de 23 de Agosto	Aprova o Programa Nacional para as Alterações Climáticas de 2006
Estratégia Nacional para a Biodiversidade e a Conservação da Natureza	RCM n.º 152/2001, de 11 de Outubro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 20-AG/2001	Aprova a Estratégia Nacional para a Biodiversidade e a Conservação da Natureza

Programa Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural	RCM n.º 147/2006, de 2 de Novembro	Aprova o Programa Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	RCM n.º 113/2005, de 30 de Junho	Aprova o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Oeste e Vale do Tejo	Determinada a elaboração por RCM de 23 de Março de 2006	Define as linhas estratégicas de desenvolvimento, de organização e de gestão do território das sub-regiões do Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo	DR n.º 16/2006, de 19 de Outubro	Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo
Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação	RCM n.º 69/99, de 9 de Julho	Aprova o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação e estabelece procedimentos relativos à sua concretização
Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	DL n.º 124/2006, de 28 de Junho	Estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios
Estratégia Nacional para as Florestas	RCM n.º 114/2006, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 77/2006, de 14 de Novembro	Aprova a Estratégia Nacional para as Florestas
Plano Estratégico Nacional do Turismo	RCM n.º 53/2007, de 4 de Abril	Aprova os objectivos e principais linhas de desenvolvimento do Plano Estratégico Nacional do Turismo
Plano Nacional da Água	DL n.º 111/2002, de 17 de Abril	Aprova o Plano Nacional da Água
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	Despacho MAOT DR n.º 2339/2007, publicado no DR, 2ª Série, de 14 de Fevereiro	Aprova o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013
Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais	Despacho MAOT DR n.º 8277/2007, publicado no DR, 2ª Série, de 9 de Maio	Aprova a Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais

Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo	DR n.º 18/2001, de 7 de Dezembro	Aprova o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos	Portaria n.º 187/2007, de 12 de Fevereiro	Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
Plano Rodoviário Nacional	Decreto-Lei n.º 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99 de 26 de Julho, pela Declaração de rectificação n.º 19-D/98 e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de Agosto	Aprova o PRN2000, em revisão do PRN85.
Plano de Acção Estratégico do Médio Tejo	-	-
Projecto Médio Tejo Digital	-	-

A filosofia subjacente a todos estes instrumentos tem por base a visão de que os objectivos sectoriais devem ser integrados de forma a complementarem-se no sentido do desenvolvimento sustentável do território. Existe, portanto, uma convergência de objectivos destes planos e estratégias no sentido de procurar a sustentabilidade do território nas vertentes económicas, sociais e ambientais.

No âmbito da AA(E) a realizar, dever-se-á ter em conta os objectivos e metas relevantes subjacentes aos planos e programas que servem de referencial ao desenvolvimento do território. Desta forma, as disposições dos documentos de referência fornecerão uma orientação para as propostas que consubstanciam a revisão do PDM, facilitando a concertação relativamente às opções estratégicas que enformarão o PDM.

Os objectivos dos documentos de referência, bem como as medidas que configuram a sua adequação ao nível municipal e à Revisão do PDM, são apresentados no Quadro 1 do Anexo I. No entanto, no ponto que se segue serão abordadas as orientações para a região de alguns documentos que, pela sua natureza, estabelecem um enquadramento geral para o planeamento do território municipal.

### 5.1.1 Objectivos e implicações do QRE para o objecto de avaliação

Dos instrumentos identificados que integram o QRE importa sintetizar os objectivos preconizados que acarretam implicações para o objecto de avaliação da presente AA(E). A compreensão destes objectivos considerados referenciais estratégicos contribuirá para um melhor entendimento e para a validação dos aspectos estratégicos que devem nortear a proposta de revisão do PDM de Constância.

## PNPOT

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território é o instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional. No Capítulo 3 do Programa – “As Regiões: Contexto e Orientações Estratégicas” - estão vertidas as orientações estratégicas para Região do Ribatejo e Oeste. Pela sua importância e necessidade de serem incorporadas na estratégia municipal são aqui transcritas:

### *“Ribatejo e Oeste – Opções para o Desenvolvimento do Território*

- *Clarificar os cenários de organização do território decorrentes do novo aeroporto (...), tomar medidas que minimizem os efeitos perversos da eventual especulação fundiária e implementar os programas estruturantes que optimizem o seu impacte territorial;*
- *Desenvolver as aptidões para as actividades logísticas, principalmente no eixo Vila Franca/Cartaxo/Santarém, definindo os espaços, apoiando iniciativas e promovendo as infra-estruturas;*
- *Valorizar o papel de charneira inter-regional, e o potencial de localização de actividades logísticas, do polígono urbano Tomar – Torres Novas - Entroncamento – Abrantes, articulando com o litoral, com a Beira Interior e o Alto Alentejo;*
- *Estruturar o sistema urbano sub-regional, articulando e dando coerência a quatro subsistemas: o eixo Torres Vedras – Caldas da Rainha -Alcobaça, o eixo Vila Franca – Carregado/Azambuja – Cartaxo – Santarém, o eixo Almeirim / Santarém – Rio Maior – Caldas da Rainha, e o polígono Tomar – Torres Novas – Entroncamento – Abrantes;*
- *Reforçar o protagonismo de Santarém, com particular atenção às infra-estruturas para acolhimento de actividades intensivas em conhecimento (PCT);*
- *Apoiar a dinâmica emergente de afirmação de um pólo industrial Abrantes – Ponte de Sôr em torno de indústrias de fundição, automóvel e aeronáutica;*
- *Preservar a competitividade da agricultura e das explorações agrícolas, nomeadamente protegendo os respectivos solos das pressões de urbanização e de valorizações especulativas;*
- *Definir um modelo sustentável de desenvolvimento turístico tirando partido das singulares condições naturais do Oeste, do Tejo requalificado e da rede urbana valorizada e criar condições, sobretudo antecipando os instrumentos de ordenamento do território, para a viabilização das iniciativas privadas neste domínio;*
- *Implementar as infra-estruturas ambientais que minimizem as agressões das actividades económicas, em particular sobre os recursos hídricos;*
- *Promover a valorização as paisagens e dos enquadramentos cénicos enquanto traço de identidade e de qualificação de cada uma das sub-regiões, em*

*particular protegendo-a das agressões da urbanização e da edificação dispersa e da deposição incontrolada de detritos e entulhos;*

- *Reforçar a protecção do património natural - água, floresta, espaços naturais protegidos;*
- *Estimular o surgimento de redes de valorização do património histórico, cultural (material e imaterial) e natural.*

No Capítulo 4 – “Portugal 2025: Estratégia e Modelo Territorial” e no sub ponto: “O País que queremos: um desafio para o Ordenamento do Território”, entre um vasto leque de opções/objectivos/ambições, salienta-se o seguinte:

- *“As regiões do interior continuam a justificar políticas de suporte ao crescimento das actividades económicas, designadamente industriais, agrícolas e serviços mercantis “exportáveis “ para outras regiões. Neste contexto um relevo especial deve ser dado às actividades turísticas e à estruturação de corredores de desenvolvimento apoiados nos principais centros urbanos.*
- *Nas áreas rurais é importante garantir o acesso aos serviços básicos em termos adequados de mobilidade, encontrando soluções equilibradas para o problema dos transportes públicos em espaços de povoamento pouco denso, e preservar a qualidade ambiental e paisagística, garantindo elevados padrões de qualidade de vida.”*

Daqui se retira que os principais pontos estratégicos para a região estão relacionados com a economia (logística, I&D, Indústria, turismo) e a preservação da qualidade do ambiente e da paisagem.

## **QREN**

O Quadro de Referência Estratégico Nacional no seu Programa Operacional do Centro reconhece a importância regional do sub-sistema urbano do Médio Tejo explicitando: *“O sub-sistema urbano do Médio Tejo, em torno de Tomar - Torres Novas – Entroncamento - Abrantes, incluindo Constância/Vila Nova da Barquinha, [como] importante núcleo de emprego e de prestação de serviços, cuja integração no corredor do Vale do Tejo e excelentes ligações no contexto nacional e a Espanha lhe conferem particular relevo enquanto plataforma de elevado potencial logístico”.*

Este reconhecimento resultará em prioridades estratégicas que deverão não só reforçar as tendências existentes como reorientá-las numa lógica de valorização da região como um todo, já que a busca é sobretudo no campo das sinergias entre as entidades beneficiárias. Com efeito, identificam-se na região diferentes “personalidades”. No domínio da coesão social, o diagnóstico reconhece condições gerais favoráveis em campos como o desporto, educação, cultura e saúde, mas



chama a atenção para as fragilidades encontradas nos aspectos do apoio social, em particular, no que respeita à terceira idade (0,16 lares e centros de dia por 1000 habitantes, contra os 0,17 do país) e às crianças (1,46 creches por 1000 habitantes, contra os 1,57 no país).

Consideram-se como prioridades estratégicas (Quadro 5.2) a formação de recursos humanos; reforço da inovação e da competitividade; valorização do território. De importância vital para Constância está um dos domínios prioritários de intervenção deste PO do Centro, que complementa os restantes, e que é o da qualificação dos espaços sub-regionais nas zonas de baixa densidade, dotando estes espaços de equipamentos e infra-estruturas essenciais de que ainda não disponham e que requeiram investimentos, nomeadamente, em matéria de: Acessibilidades à escala local; Saneamento básico; Equipamentos de uso colectivo (em áreas como a educação, a saúde, a acção social, etc.). Destaca-se, no âmbito da valorização territorial, o enfoque dado pelo PO Centro às áreas de Baixa Densidade.

Quadro 5.2 - Eixos Prioritários do PO Centro no âmbito do QREN PO Centro (FEDER).

<b>1. Competitividade, Inovação e Conhecimento</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>-Criação de micro e pequenas empresas inovadoras;</li><li>-Projectos de I&amp;D, em particular projectos de cooperação entre micro e pequenas empresas e entidades do Sistema;</li><li>- Científico e Tecnológico;</li><li>-Projectos de investimento produtivo para inovação em micro e pequenas empresas;</li><li>-Desenvolvimentos da Sociedade do conhecimento;</li><li>- Redes de ciências e tecnologia (programas científicos e tecnológicos, instalações e equipamentos);</li><li>- Áreas de acolhimento para a inovação empresarial (ALE, parques tecnológicos, incubadoras e parques de Ciência e Tecnologia);</li><li>- Acções Colectivas de desenvolvimento empresarial;</li><li>- Intervenções complementares em redes de energia (Unidades Autónomas de Gás e Ligações à rede eléctrica de locais de produção de electricidade com base em fontes renováveis).</li></ul>
<b>2. Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>-Parcerias para a regeneração urbana;</li><li>-Redes urbanas para a competitividade e inovação;</li><li>-Mobilidade Urbana.</li></ul>
<b>3. Consolidação e Qualidade dos Espaços Sub-Regionais</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>-Valorização de recursos específicos do território;</li><li>-Qualificação integrada de espaços sub-regionais (redes de mobilidade, equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial)</li></ul>

---

#### 4. Protecção e Valorização Ambiental

---

- Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos;
- Gestão de Recursos Hídricos;
- Gestão activa da Rede Natura e Biodiversidade;
- Valorização e Ordenamento da Orla Costeira;
- Protecção e valorização de outras zonas sensíveis e qualificação da paisagem;
- Estimulo à reciclagem e reutilização de resíduos

---

#### 5. Governação e Capacidade Institucional

---

- Assistência técnica;
- Governo electrónico regional e local;
- Facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local;
- Promoção institucional da região Fonte: CCDR, QREN - Programa Operacional do Centro, 2007-2013

---

Fonte: Plano Estratégico de Constância, 2007.

As oportunidades tanto à escala concelhia como à escala sub-regional são evidentes, tendo que, no entanto, ser preparadas as opções de desenvolvimento destes níveis de forma articulada e coerente com as preocupações demonstradas pelo QREN, que correspondem também a desígnios nacionais e comunitários.

### PROF - Ribatejo

A região do PROF Ribatejo compreende nove sub-regiões homogéneas (Alto Nabão, Bairro, Charneca, Estuário, floresta do Oeste, Floresta dos Templários, Lezíria, Serra de Aire e Sicó-Alvaiázere Sul), sendo que o concelho de Constância encontra-se inserido em três sub-regiões homógenas: **Floresta dos Templários, Lezíria e Charneca.**

Para a Sub-região homogénea Floresta dos Templários, que abrange a zona Norte do Concelho, o PROF Ribatejo pretende fomentar a multifuncionalidade dos espaços florestais privilegiando as funções de produção, protecção e recreio, enquadramento e estética da paisagem.

Para a Sub-região homogénea Lezíria, que abrange a área envolvente ao Rio Tejo, o PROF Ribatejo pretende fomentar a multifuncionalidade dos espaços florestais privilegiando as funções de protecção, recreio, enquadramento e estética da paisagem conservação e ainda silvopastorícia, caça e pesca, na vertente pesca em águas interiores.

Para a Sub-região homogénea Charneca, que abrange apenas a zona Sul do Concelho, o PROF Ribatejo pretende fomentar a multifuncionalidade dos espaços

florestais, privilegiando as funções de produção, silvopastorícia, caça e pesca e protecção.

No quadro seguinte, são apresentadas as hierarquias de funções, baseadas em determinadas justificações e objectivos.

Quadro 5.3 - Sub-região homogénea do PROF Ribatejo, hierarquia de funções e respectiva justificação e objectivos.

Sub-região homogénea	Funções	Justificação/objectivo
<u>Floresta dos Templários</u>	<i>1ª função:</i> produção	Elevada potencialidade para as espécies das fileiras de interesse nacional, nomeadamente o pinheiro bravo e o eucalipto, com potencialidade para diversificação de espécies com interesse produtivo
	<i>2ª função:</i> protecção	Risco de erosão considerável na envolvente à Albufeira de Castelo de Bode e nas vertentes de linhas de água. Necessidade de protecção de recurso hídrico estratégico
	<i>3ª função:</i> recreio, enquadramento e estética da paisagem	Elevado potencial turístico devido à albufeira de Castelo de Bode, à visibilidade nacional da cidade de Tomar e à presença de património construído classificado
<u>Lezírias</u>	<i>1ª função:</i> protecção	Elevado potencial agrícola e ao papel potencial desempenhado pelos espaços florestais sobretudo de compartimentação e de protecção da rede hidrográfica
	<i>2ª função:</i> recreio, enquadramento e estética da paisagem	A presença de infraestruturas de lazer (praias fluviais, frentes ribeirinhas) associadas a paisagens de elevado valor, conjugados com a sua proximidade à Área Metropolitana de Lisboa
	<i>3ª função:</i> conservação	Os vales do Tejo e do Sorraia são importantes corredores ecológicos
<u>Charneca</u>	<i>1ª função:</i> produção	Elevada presença de espécies com grande potencialidade para produção lenhosa: principais fileiras nacionais, com dominância de montado de sobreiro
	<i>2ª função:</i> Silvopastorícia e caça	Presença de sistemas agro-silvo-pastoris com potencial para o desenvolvimento da pastorícia extensiva associada aos espaços florestais. Tem também aptidão considerável para diversas espécies cinegéticas e tem um elevado grau de cobertura pelo regime
	<i>3ª função:</i> protecção	Devido à natureza dos solos o risco de erosão potencial é considerável, pelo menos algumas zonas, com necessidade de fomentar práticas adequadas de gestão florestal

Fonte: Plano Regional de Ordenamento Florestal Ribatejo, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2006.

A concretização dos objectivos específicos desenvolvidos para cada sub-região homogénea é alcançada através da implementação de um conjunto de medidas de

intervenção comuns ao Ribatejo e de medidas de intervenção específicas para cada uma das sub-regiões homogéneas, expressas no PROF - Ribatejo. No domínio da defesa da floresta contra incêndios o Plano identifica, demarca e procede ao planeamento próprio das zonas críticas. É na sequência das orientações do PROF-Ribatejo relativamente a esta temática que surge o Plano Municipal de Defesa da Floresta, em fase de adaptação às orientações da DGRF.

## **PROT- OVT**

Apesar deste plano ainda não ter sido aprovado, a Proposta de Ordenamento da 1ª revisão do PDM de Constância deve encontrar-se enquadrada nas Normas Específicas de Ordenamento do Território e nas Normas Específicas de Unidades Territoriais definidas no Ante-Projecto, versão preliminar (Novembro 2007) do PROT-OVT.

Relativamente às Normas Específicas de Unidades Territoriais, o concelho de Constância é abrangido por três unidades que correspondem a espaços que, ao nível regional, evidenciam características específicas do ponto de vista da ocupação e da utilização do solo. Para estas unidades territoriais, o PROT define uma abordagem conjunta e integrada bem como directrizes detalhadas em matéria de planeamento, ocupações e usos, que deveram ser enquadradas no âmbito dos instrumentos de planeamento territorial e dos instrumentos especiais de ordenamento do território. As unidades são analisadas individualmente de seguida:

### *Pinhal Interior Sul*

Esta subunidade compreende parte dos concelhos de Constância, Tomar, Ferreira do Zêzere, Sardoal e Abrantes, cujo padrão dominante é caracterizado por povoamentos florestais de pinheiro bravo e eucalipto (elevado potencial de biomassa) intercalado com algumas zonas de matos, olival e áreas agrícolas de policulturas. Abrange a vertente Norte do Concelho Constância, e define a seguinte directriz: Salvar ao nível dos PDM, as baixas aluvionares da edificação dispersa e linear.

### *Eixo Ribeirinho – V. N Barquinha/Abrantes*

Este eixo foi definido para as áreas situadas ao longo do rio Tejo. Para o concelho de Constância aplicam-se as seguintes orientações:

- Promover a manutenção e o aproveitamento dos valores da paisagem e as ocorrências patrimoniais para o fomento das actividades turísticas ligadas ao património e cultura;
- Fomentar as actividades de lazer e recreio associadas ao vale do rio Tejo;
- Manter o caudal ecológico e a protecção e recuperação da qualidade de água e ecossistemas ribeirinhos do Corredor Fluvial principal associado ao Rio Tejo,

bem como das partes terminais dos Corredores Fluviais associados ao Rio Zêzere e ao Rio Torto, e as ribeiras de Tancos, Foz, Alcolobra, Coalhos, Carregal, Moinhos e Arces.

### Charneca Ribatejana Norte

Esta subunidade integra a área Sul do concelho de Constância, para as quais o PROT define as seguintes orientações:

- Manter o caudal ecológico e protecção e recuperação da qualidade de água e ecossistemas ribeirinhos dos Corredores Fluviais essenciais para a ERPVA, designadamente na ribeira de Muge, ribeira do Chouto, ribeira da Calha do Grou, ribeira da Lamarosa, ribeira do Vale da Lama da Atela, ribeira de Ulme, Rio Torto, ribeira de Coalhos.
- Recuperar as áreas percorridas por incêndios, designadamente em 2003, com o objectivo de recuperar simultaneamente o potencial silvícola e o valor ecológico.

### Síntese

Citando o Plano Estratégico de Constância – Relatório Preliminar (Plural, Novembro 2007), as Linhas de Síntese Centrais associados aos diferentes instrumentos de referência com expressão territorial são:

- *“Estruturação do sistema urbano do Médio Tejo aponta para a necessidade de reforçar o sub-sistema urbano Tomar/Torres Novas/Entroncamento/Abrantes (cf. PNPOT).*
- *Principais pontos estratégicos a considerar no desenvolvimento do Concelho passam pela economia (logística; I&D; Indústria), pelo turismo e pelo ambiente (cf. PNPOT).*
- *Contributo do Plano de Acção Estratégico do Médio Tejo 2007-2013 para a promoção da Região e, simultaneamente, para a rentabilização de recursos, disponibilizados pelos municípios, numa perspectiva de desenvolvimento durável.*
- *Importância regional do sub-sistema urbano do Médio Tejo (cf. QREN 2007-2013).*
- *Implementação do projecto Médio Tejo Digital cujo objectivo central passa por colocar as novas tecnologias de comunicação e informação ao serviço de um número, cada vez mais alargado, de cidadãos, empresas e instituições procurando, dessa forma, alcançar níveis acrescidos de integração na actual sociedade de informação e conhecimento.*
- *Prioridades Estratégicas para a Região e para o Concelho: formação de recursos humanos; reforço da inovação e da competitividade; valorização do território; qualificação dos espaços sub regionais nas zonas de baixa densidade (cf. PO Centro).”*

## 5.2 Questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Constância

O conjunto de questões estratégicas que constituem os desígnios orientadores da proposta de revisão do PDM de Constância representam os vectores de estruturação da AA(E), e em conjunto com os Factores Críticos de Decisão explicitados no ponto 5.4. constituirão a estrutura fundamental de avaliação.

Os objectivos estratégicos, de carácter geral e específico, identificados para cada área temática da proposta de revisão do PDM de Constância, constantes do capítulo 4.2., podem sintetizar-se nas seguintes questões:

- I. Fortalecer as condições para a competitividade, inovação e empreendedorismo;*
- II. Protecção e Valorização do território concelhio, ao nível dos recursos naturais, culturais e patrimoniais (especial enfoque na Estrutura Ecológica Urbana);*
- III. Aproveitamento das potencialidades naturais, patrimoniais e culturais para o desenvolvimento de um turismo ambientalmente sustentável e economicamente atractivo;*
- IV. Reforço da coesão social e territorial;*
- V. Desenvolver, reforçar e complementar Redes de Infra-estruturas, acessibilidades e mobilidade;*
- VI. Hierarquização do sistema urbano e reforço da sede de Concelho no contexto sub-regional;*
- VII. Definição das características do ordenamento em solo rural e urbano, delimitando o perímetro urbano e áreas urbanizáveis para conter o modelo de povoamento difuso e salvaguardar as áreas sensíveis, do ponto de vista natural e regulamentar;*
- VIII. Eficiência da Governança.*

O modelo de organização espacial territorial preconizado na proposta de revisão do PDM de Constância reflectirá as orientações decorrentes das questões estratégicas identificadas. A particularidade de se encontrar associada uma estratégia de desenvolvimento do território à proposta de revisão do PDM, salienta o salto qualitativo relativamente aos PDM's de primeira geração. Um dos objectivos da revisão prende-se com a necessidade de uma base cartográfica digital que introduzirá novas perspectivas para o planeamento e gestão urbanística. O recurso a tecnologias da informação e comunicação será, portanto, um elemento facilitador da gestão do território e do acesso e partilha da informação, adquirindo importância no aumento da eficiência da governança. Esta questão estratégica, apesar de não se encontrar directamente relacionada com o modelo territorial, tem um cariz transversal que de forma indirecta influenciará as restantes questões estratégicas.

Estas questões traduzem os factores que poderão motivar potenciais impactes de natureza estratégica, e que determinam a interacção dos objectivos estratégicos com os factores ambientais.

## 5.3 Factores ambientais

Segundo Partidário, 2007, os factores críticos de decisão estabelecem o âmbito ambiental relevante da análise, devendo estar em conformidade com os factores ambientais estabelecidos no quadro legal de referência (Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho).

Na alínea e) do n.º 1 do Artigo 6.º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho são definidos os factores ambientais genéricos que importa considerar na avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano. Os factores que devem ser tidos em conta, de acordo com a relevância e os níveis de agregação a determinar na etapa posterior, são os seguintes:

- Biodiversidade;
- População;
- Saúde humana;
- Fauna;
- Flora;
- Solo;
- Água;
- Atmosfera;
- Factores climáticos;
- Bens materiais;
- Património cultural (incluindo o arquitectónico e arqueológico);
- Paisagem.

Em suma, os FA reportados na legislação irão contribuir para a definição dos FCD, através da selecção dos que se verifiquem pertinentes em face do alcance e da escala do objecto de avaliação.

## 5.4 Factores Críticos de Decisão (FCD)

Como foi referido no Capítulo 3, os FCD resultam da integração do Quadro de Referência Estratégico, das Questões Estratégicas e dos Factores Ambientais definidos na legislação que regulamenta a AA(E).

Na sequência das interligações e correspondências identificadas entre estes elementos foi identificado um conjunto de áreas estratégicas de convergência para o desenvolvimento sustentável e para o ambiente, que constituem os FCD da proposta de revisão do PDM de Constância (Quadro 5.4).

#### **Quadro 5.4 – FCD pertinentes para a AA(E) da proposta de revisão do PDM de Constância.**

---

##### **Sistemas Ecológicos e Biodiversidade**

---

Pretende avaliar-se a influência do modelo territorial proposto no PDM no sentido dos seus efeitos ao nível da biodiversidade e na paisagem, nomeadamente na fauna, flora e reabilitação ou fragmentação de ecossistemas e habitats. Importa avaliar as pressões exercidas sobre áreas classificadas, com incidência na Rede Nacional de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000 (cumprimento da Directiva Aves 79/409/CEE e Directiva Habitats 93/43/CEE), bem como, incompatibilidades com Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN).

---

##### **Qualidade do Ambiente**

---

Contributo do PDM para a qualidade física do ambiente (água, ar, solo, ambiente sonoro), nomeadamente as implicações das intervenções nos domínios de análise e no cumprimento das disposições sectoriais relevantes. Os efeitos da proposta nos sectores de actividade que contribuem mais significativamente para as emissões de poluentes atmosféricos (transportes, energia, indústria) ganha relevância, no sentido em que tem influência na qualidade do ar com as perturbações para a qualidade de vida e saúde da população e contribui para o acentuar das alterações climáticas.

---

##### **Desenvolvimento humano**

---

Este factor permitirá avaliar de que forma a proposta de revisão do PDM poderá contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Relaciona-se com os aspectos da optimização de infra-estruturas, designadamente a melhoria das acessibilidades e infra-estruturas viárias, o acesso a recursos essenciais (níveis de atendimento no abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, saúde), mas também com o investimento na educação (qualificação e formação da população).

---

##### **Património Construído**

---

O património cultural (arquitectónico e arqueológico), pela sua qualidade e diversidade, constitui elemento importante de identidade local. As propostas preconizadas no PDM podem constituir um efeito perturbador nestes elementos ou contribuir para a sua prevenção, valorização e reabilitação, sendo importante avaliar as consequências da sua aplicação.

---



---

## **Ordenamento do Território**

---

Contributo do PDM para uma adequada gestão e racionalização do espaço territorial através da definição do uso, ocupação e transformação do solo em consonância com as especificidades locais e os instrumentos de gestão territorial de hierarquia superior. O factor deve ainda reflectir a influência das orientações estratégicas nos objectivos de protecção, valorização e requalificação do território, bem como, o contributo para a coesão territorial e integração nos territórios envolventes, através da diminuição das assimetrias do concelho.

---

## **Riscos Naturais e Tecnológicos**

---

Contributo do PDM para a prevenção e minimização de riscos naturais (e.g. desertificação, seca, incêndios, cheias, ondas de calor e vagas de frio) e tecnológicos (e.g. acidentes industriais). Importa também avaliar a forma como é potenciada a capacidade de resposta a eventuais acidentes para garantir a segurança de pessoas e bens.

---

## **Desenvolvimento económico local**

---

Este factor pretende avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para o aumento da competitividade da economia local. Esta avaliação será efectuada considerando a promoção das actividades económicas, a diversificação e modernização do tecido produtivo, e a forma como as especificidades locais são aproveitadas com recurso à inovação. A criação de emprego e sua qualificação, bem como, um crescimento económico dissociado do consumo de recursos naturais são outros elementos que importa considerar na avaliação.

---

## **Governança**

---

Contributo do PDM para uma melhor governança de acordo com os cinco princípios do *Livro Branco da UE sobre Governança Europeia*: abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência. Este factor aborda aspectos institucionais e de governação, no sentido de avaliar a eficácia e o relacionamento dos agentes envolvidos e a envolver, públicos e privados, na gestão sectorial e territorial. A potenciação dos cinco princípios referidos é essencial no interrelacionamento entre os agentes para que os benefícios da governação se reflectam nos vários níveis da sociedade.

---

Este conjunto de factores críticos traduz, no essencial, as principais dimensões susceptíveis a efeitos decorrentes da aplicação do PDM.

Os FCD seleccionados permitem garantir que na AA(E) são contemplados os Factores Ambientais referidos na alínea e) do n.º 1 do Artigo 6.º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, conforme se demonstra no Quadro 5.5. Para cada um dos FCD serão apenas considerados os FA que apresentem relevância face à escala e natureza do plano.

As áreas estratégicas que constituem os FCD apresentam uma transversalidade que conduz a relações directas e indirectas entre estes e todos os FA. Para efeitos de simplificação da avaliação ambiental optou-se por estabelecer apenas as relações directas como demonstra o Quadro 5.5.

**Quadro 5.5 – Relação entre os domínios ambientais do DL n.º 232/2007 e os FCD.**

		Factores Ambientais											
		Biodiversidade	Fauna	Flora	Paisagem	Património Cultural	Factores Climáticos	População	Saúde Humana	Bens Materiais	Água	Solo	Atmosfera
FCD	Sistemas Ecológicos e Biodiversidade	X	X	X	X								
	Qualidade do Ambiente						X		X		X	X	X
	Desenvolvimento Humano	X	X	X				X	X	X	X	X	X
	Património Construído					X							
	Ordenamento do Território	X			X	X				X		X	
	Riscos Naturais e Tecnológicos						X	X	X	X	X	X	X
	Desenvolvimento económico local							X		X	X	X	X
	Governança												

Analisando a matriz, que constitui o Quadro 5.5, para verificar o grau de convergência dos FCD com os FA referidos no DL n.º 232/2007 de 15 de Junho, pode concluir-se que:

- Todos os factores ambientais definidos na lei serão avaliados na segunda fase da AA(E), cuja agregação em FCD é auxiliada pela matriz anterior;
- Exceptuando o *Património Construído*, que apresenta uma relação directa com o *Património Cultural*, todos os FCD apresentam interdependências de maior ou menor grau, isto é, relações directas ou indirectas, com os factores ambientais;
- A potencial interacção dos FCD - *Ordenamento do Território e Desenvolvimento Humano* - com todos os FA, em virtude do âmbito do objecto de avaliação, torna essencial uma avaliação cuidada destes factores;
- A governança tem uma relação indirecta com todos os factores ambientais.

No Quadro seguinte apresenta-se um esboço da matriz de avaliação ambiental estratégica em que se relacionam os FCD com as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Constância. Esta matriz pretende contribuir para a identificação preliminar de relações, num contexto de definição do âmbito da AA(E).

Na fase subsequente de AA(E) irá proceder-se à avaliação estratégica de impactes, tendo em conta a estrutura de avaliação definida neste documento e os requisitos do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, nomeadamente o seu Artigo 6.º que dá orientações acerca do conteúdo do Relatório Ambiental de AA(E).

**Quadro 5.6 – Matriz de Avaliação Ambiental Estratégica.**

		FCD							
		Sistemas Ecológicos e Biodiversidade	Qualidade do Ambiente	Desenvolvimento Humano	Património Construído	Ordenamento do Território	Riscos Naturais e Tecnológicos	Desenvolvimento económico local	Governança
Questões Estratégicas	<i>I. Fortalecer as condições para a competitividade, inovação e empreendedorismo;</i>			X				X	X
	<i>II. Protecção e Valorização do território concelhio, ao nível dos recursos naturais, culturais e patrimoniais (especial enfoque na Estrutura Ecológica Urbana);</i>	X	X		X	X	X		
	<i>III. Aproveitamento das potencialidades naturais, patrimoniais e culturais para o desenvolvimento de um turismo ambientalmente sustentável e economicamente atractivo;</i>	X	X	X	X			X	
	<i>IV. Reforço da coesão social e territorial;</i>			X		X		X	
	<i>V. Desenvolver, reforçar e complementar Redes de Infra-estruturas, acessibilidades e mobilidade;</i>	X	X	X			X	X	
	<i>VI. Hierarquização do sistema urbano e reforço da sede de Concelho no contexto sub-regional;</i>					X		X	
	<i>VII. Definição das características do ordenamento em solo rural e urbano, delimitando o perímetro urbano e áreas urbanizáveis para conter o modelo de povoamento difuso e salvaguardar as áreas sensíveis, do ponto de vista natural e regulamentar;</i>	X	X			X	X		
	<i>VIII. Eficiência da Governança.</i>								X

## 5.5 Análise integrada de cada FCD

Os FCD representam as dimensões de análise que estruturam a avaliação da sustentabilidade da aplicação do Plano, contribuindo para a tomada de decisão. Desta forma, neste ponto será estruturada a análise dos FCD a efectuar na fase seguinte, identificando os critérios, os objectivos de sustentabilidade e os indicadores.

Os critérios devem ser entendidos como questões pertinentes, associadas a cada FCD, que permitem estruturar a análise. Inerentes aos FCD e seus critérios, encontram-se os objectivos de sustentabilidade e indicadores que têm como objectivo facilitar a avaliação da proposta de revisão do PDM. Os indicadores auxiliam a quantificação e/ou qualificação da informação para a sua disponibilização de forma sintética e perceptível. A análise não incorporará indicadores de gestão, os quais serão oportunamente desenvolvidos no Relatório Ambiental para a fase posterior de monitorização do Plano (fase de seguimento).

No quadro seguinte apresentam-se os critérios, objectivos de sustentabilidade e indicadores considerados para cada FCD.

**Quadro 5.7 – Critérios, objectivos de sustentabilidade e indicadores por FCD.**

FCD	Critérios	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores
Sistemas Ecológicos e Biodiversidade	Ecosistemas e habitats	<ul style="list-style-type: none"> <li>Evitar a fragmentação de habitats e estabelecer corredores verdes que mantenham a sua conectividade, promovendo as deslocações de espécies;</li> <li>Preservar e valorizar os ecossistemas, de forma a manter a integridade das suas funções ecológicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Populações de espécies com estatuto de protecção, classificadas na Directiva Aves e Habitats;</li> <li>Estrutura da rede viária e fragmentação do território;</li> <li>Implementação da Estrutura Ecológica Municipal*.</li> </ul>
	Áreas classificadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proteger, promover a valorização e assegurar a conservação de áreas classificadas;</li> <li>Minimizar incompatibilidades com áreas com estatuto de protecção, nomeadamente REN e RAN.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas classificadas pela Rede Nacional de áreas protegidas;</li> <li>Áreas abrangidas pela Rede Natura 2000;</li> <li>Áreas de REN e RAN (%);</li> </ul>
	Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proteger o carácter e diversidade da paisagem e potenciá-lo como elemento diferenciador de oferta turística;</li> <li>Proteger e valorizar os sistemas agrícolas e florestais existentes e apostar no fortalecimento do espaço ocupado por estas classes de uso do solo;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas afectas à produção agrícola e florestal;</li> <li>Qualidade da Paisagem;</li> <li>Investimentos na protecção da biodiversidade e da paisagem.</li> </ul>

FCD	Critérios	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores
Qualidade do Ambiente	Protecção do solo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proteger as áreas ambientalmente vulneráveis;</li> <li>Proteger a qualidade do solo e evitar a sua contaminação;</li> <li>Controlar a impermeabilização dos solos;</li> <li>Salvaguardar solos pedologicamente evoluídos;</li> <li>Promover uma gestão integrada e sustentável dos resíduos;</li> <li>Evitar a degradação e erosão dos solos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Área de solo impermeabilizado;</li> <li>Área construída;</li> <li>Investimento e despesa na preservação ambiental do solo;</li> <li>Produção de resíduos;</li> <li>Solos em risco de erosão (%).</li> </ul>
	Qualidade da água	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proteger e assegurar a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos (superficial e subterrâneo) para os diferentes usos;</li> <li>Assegurar a qualidade das águas interiores;</li> <li>Assegurar a qualidade da água destinada ao consumo humano</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Qualidade da água para consumo humano;</li> <li>Estado das águas de superfície;</li> <li>Disponibilidades hídricas;</li> <li>Classificação dos meios receptores (Sensibilidades dos meios relativamente a descargas de águas residuais).</li> </ul>
	Qualidade do ar	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir uma boa qualidade do ar em aglomerados urbanos e núcleos rurais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Área de espaços verdes de utilização colectiva;</li> <li>Área de coberto florestal (%);</li> <li>Índice de Qualidade do Ar.</li> </ul>
	Ambiente sonoro	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação / ocupação do espaço</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Valores de exposição consoante os usos do território e localização dos receptores;</li> <li>Implementação do Plano de Redução do Ruído.*</li> </ul>



FCD	Critérios	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores
	Alterações Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O modelo territorial deve contemplar opções que assegurem o combate às alterações climáticas, mediante a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa (GEE);</li> <li>▪ Promover o sequestro de carbono através da preservação dos espaços florestais,</li> <li>▪ Incentivar o uso do transporte colectivo em detrimento do individual;</li> <li>▪ Garantir a eficiência energética e um consumo crescente de electricidade a partir de fontes de energia renováveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Emissões de gases com efeito de estufa (GEE);</li> <li>▪ Capacidade dos sumidouros de carbono (áreas de coberto florestal);</li> <li>▪ Consumo de electricidade a partir de fontes de energia renováveis;</li> <li>▪ Temperatura do ar;</li> <li>▪ Repartição modal do transporte da população residente.</li> </ul>
Desenvolvimento Humano	População	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criação de novos postos de trabalho (directo, indirecto e induzido)</li> <li>▪ Salvar e melhorar a qualidade de vida da população;</li> <li>▪ Fomentar e apoiar a formação tecnológica e profissional;</li> <li>▪ Reforço da inclusão social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Evolução da população residente;</li> <li>▪ Densidade populacional;</li> <li>▪ Índice de Envelhecimento;</li> <li>▪ Índice de dependência de idosos;</li> <li>▪ Índice de dependência de jovens;</li> <li>▪ Índice de dependência total;</li> <li>▪ Taxa de natalidade;</li> <li>▪ Taxa de mortalidade;</li> <li>▪ Distribuição da população por dimensão do lugar;</li> <li>▪ Qualificação e Habilitações literárias;</li> <li>▪ Níveis de ensino atingido;</li> <li>▪ Taxa de analfabetismo;</li> <li>▪ Taxa de Actividade;</li> <li>▪ Taxa de desemprego</li> <li>▪ Níveis de acesso aos sistemas de saúde</li> <li>▪ Qualidade do ar e da água para consumo humano;</li> </ul>

FCD	Critérios	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores
	Infra-estruturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Optimizar as redes existentes e programadas de infra-estruturas de saneamento básico;</li> <li>Assegurar a melhoria do sistema de acessibilidades e mobilidade;</li> <li>Dotar o território de equipamentos que satisfaçam as necessidades da população ao nível educativo, de lazer e recreio e em particular assegurando a capacidade de suporte da rede de cuidados de saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Níveis de serviço da população com sistemas de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais;</li> <li>Resíduos urbanos recolhidos (t) por tipo de recolha e destino;</li> <li>N.º de equipamentos de saúde, sociais, desportivos e culturais;</li> <li>N.º de estabelecimentos de ensino;</li> <li>Capacidade da rede de transportes (rodoviária e ferroviária);</li> </ul>
Património Construído	Património Arquitectónico e Arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preservação, valorização e reabilitação do património arquitectónico e/ou arqueológico;</li> <li>Identificação de imóveis com interesse patrimonial e de áreas arqueológicas;</li> <li>Identificação de elementos passíveis de valorização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Imóveis e Sítios classificados ou em vias de classificação;</li> </ul>
Ordenamento do Território	Uso e ocupação do solo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar a concentração do espaço urbano, de modo a evitar a dispersão do aglomerado urbano;</li> <li>Evitar e minimizar a afectação de áreas sujeitas a condicionantes ambientais, nomeadamente áreas pertencentes à RAN, REN (zonas inundáveis, áreas de máxima infiltração, zonas em risco de erosão) e áreas classificadas do ponto de vista da conservação da natureza e do património arquitectónico e arqueológico;</li> <li>Proteger as aptidões naturais dos solos, potenciá-las e evitar incompatibilidades entre usos ou actividades;</li> <li>Salvaguardar solos pedologicamente evoluídos e com capacidade produtiva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas urbanas e urbanizáveis;</li> <li>Capacidade, Uso e ocupação do solo;</li> <li>Áreas de REN e RAN (%);</li> </ul>
	Instrumentos de Gestão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>Objectivos estratégicos em conformidade com planos de hierarquia superior</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coerência entre instrumentos de gestão territorial</li> </ul>

FCD	Critérios	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores
Riscos Naturais e Tecnológicos	Incêndios Florestais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reduzir o n.º de deflagrações</li> <li>Reduzir a área ardida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de ocorrências de incêndios florestais</li> <li>Definição de faixas de segurança das áreas urbanas;</li> <li>Superfície ardida;</li> <li>Implementação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios*.</li> </ul>
	Erosão dos solos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prevenir e controlar a erosão dos solos, adoptando medidas para a conservação e gestão dos solos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Índice de susceptibilidade à erosão;</li> <li>Solos em risco de erosão (%).</li> </ul>
	Cheias	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar condições que evitem as cheias ou minimizem os seus impactes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Área de REN (%);</li> <li>Implementação de Carta de Zonas Inundáveis em solo urbano*;</li> <li>Tipo de ocupação dos leitos de cheia.</li> </ul>
	Acidentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar que os usos do território previstos e a implantação de infra-estruturas e equipamentos não colidam com a segurança de pessoas, bens e o ambiente;</li> <li>Adequar a localização de novas áreas industriais e das existentes à tipologia das áreas envolventes e aos recursos naturais do Concelho;</li> <li>Deverá ser efectuada a prevenção de acidentes graves, nomeadamente mediante respeitando as disposições do Decreto-lei n.º 254/2007, de 12 de Julho que transpôs para o Direito interno os conceitos e as obrigações constantes na Directiva nº 2003/105/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, conhecida por alteração da Directiva SEVESO II.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Distância (de segurança) entre áreas industriais propostas e existentes e áreas sensíveis na envolvente;</li> <li>Adopção e implementação de um sistema de gestão da segurança para minimização de acidentes graves e existência de Plano de Emergência, em conformidade com o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil*;</li> <li>Adequação das unidades industriais aos espaços destinados à indústria.</li> <li>Implementação de Carta de Riscos concelhia*.</li> </ul>

FCD	Critérios	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores
Desenvolvimento económico local	Economia	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dinamizar e promover os factores de competitividade da economia local;</li> <li>Diversificar, complementar e modernizar a base produtiva;</li> <li>Promover as especificidades locais;</li> <li>Assegurar sinergias locais;</li> <li>Diminuir assimetrias regionais</li> <li>Desmaterialização da economia (dissociar o crescimento económico do consumo de recursos naturais);</li> <li>Criação e qualificação de emprego;</li> <li>Inovação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Distribuição da população activa por sectores de actividade;</li> <li>Distribuição da população activa por grupos de profissão;</li> <li>Fluxos de pessoas com origem e destino no concelho;</li> <li>Estabelecimentos e capacidade de alojamento;</li> <li>Estada média nos estabelecimentos</li> <li>Poder de compra, per capita;</li> <li>Investimentos e acções de apoio a projectos agrícolas e florestais;</li> <li>Tipo e quantidade de produtos certificados;</li> <li>Despesas em inovação (público e privado);</li> <li>Despesas em ambiente</li> </ul>
Governança	Governança	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aplicar à elaboração e implementação do PDM os cinco princípios (transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência) do Livro Branco da União Europeia sobre Governança;</li> <li>Aumentar a participação da comunidade na governação e nos processos de tomada de decisão;</li> <li>Promover a adesão à Agenda 21 Local;</li> <li>Facilitar o acesso à informação, nomeadamente através do reforço da adopção novas tecnologias de informação e comunicação;</li> <li>Desburocratizar o sistema de governação (agilizar e simplificar os processos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de Agenda 21 Local*;</li> <li>Avaliação qualitativa dos cinco princípios face aos objectivos do Plano;</li> <li>Utilização de novas tecnologias da informação e comunicação para disponibilização e simplificação da informação;</li> <li>Satisfação local com acções governativas (% de abstenção em processo legislativos).</li> </ul>

\* Entendidos como indicadores de resposta. Pretendem avaliar as respostas às alterações e preocupações ambientais, bem como a adopção de medidas em prol da sustentabilidade.

## 6 Envolvimento público e institucional

A avaliação ambiental ao nível do planeamento e da programação, além de visar garantir que os efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração de um plano ou programa e antes da sua aprovação, pretende também assegurar a aplicação da Convenção de Aarhus, de 25 de Junho de 1998. Esta convenção foi aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 11/2003, de 25 de Fevereiro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 9/2003, de 25 de Fevereiro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio, estabelecendo a participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente.

Assim, à semelhança do que sucede no processo de avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projectos públicos e privados susceptíveis de causar efeitos significativos no ambiente, prevê-se o envolvimento público e institucional no procedimento de avaliação. Contudo, no processo de AA(E) o envolvimento das partes interessadas deve acompanhar as diferentes fases do plano ou programa, de forma a permitir uma integração contínua das recomendações e críticas realizadas.

Esta abordagem participativa na tomada de decisões assegura a transparência, o envolvimento, a responsabilização e a informação precoces do público e entidades com responsabilidade ambiental, contribuindo ainda para a identificação e a minimização dos riscos para o ambiente e para a sensibilização quanto às questões ambientais.

Desta forma, em concordância com as boas práticas em termos de participação pública e com a legislação em vigor sobre a matéria, considera-se fundamental assegurar uma adequada participação dos interessados, a dois níveis:

### **I. Institucional**

- ✓ Consulta às entidades com responsabilidades ambientais específicas às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, de acordo com as disposições do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, articulado com o n.º 9 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro.
- ✓ As Entidades a consultar para efeitos de determinação do âmbito e sobre o alcance da informação a incluir no Relatório Ambiental encontram-se designadas no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, sendo para este caso particular: Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto

da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., o Instituto da Água, I. P., a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., Administração de Região Hidrográfica do Tejo, I. P., Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, Autoridade Florestal Nacional, Autoridade Nacional de Protecção Civil, Águas de Portugal, SGPS, S.A., Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P., Estradas de Portugal, S.A., Direcção Geral de Energia e Geologia e Turismo de Portugal, I.P. (trata-se de uma listagem meramente indicativa, podendo ser suprimidas ou acrescentadas outras entidades, sendo que as ERAE estão representadas na CA).

- ✓ Após a elaboração do Relatório Ambiental, e antes da sua aprovação, as entidades referidas são novamente consultadas, nos termos do n.º 3 do artigo 7.º, para emissão de parecer.

## **II. Público**

- ✓ Tendo em vista a recolha de observações e sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não governamentais e a quem possa ter interesse ou ser afectado por projectos enquadrados no plano, deve ser garantida a disponibilização na *internet* do plano e o respectivo Relatório de Factores Críticos (n.º 6 e 7 do Artigo 7.º). Será adoptado o mesmo procedimento para o Relatório Ambiental, na fase seguinte do processo de AA(E).

O procedimento de envolvimento público e institucional deverá obedecer aos termos do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, relativo às consultas. Face ao âmbito do objecto de avaliação é relevante e necessária a sua articulação com os Planos Municipais de Ordenamento do Território dos Municípios limítrofes para uma adequada integração das orientações constantes do PNPO à escala regional. Desta forma deverão, também, ser consultados as Câmaras Municipais da Chamusca, de Abrantes e Vila Nova da Barquinha.

## 7 Conclusões

O presente documento constitui a primeira fase do processo de AA(E) da revisão do PDM de Constância – definição do âmbito da avaliação, consubstanciada no Relatório dos Factores Críticos para a Decisão.

Estabeleceram-se os factores ambientais relevantes, os critérios e os indicadores considerados pertinentes para a avaliação dos efeitos ambientais e de sustentabilidade da revisão do PDM de Constância, que será elaborada na fase seguinte e que culminará com a apresentação do Relatório Ambiental. Esta avaliação terá por base a análise dos Factores Críticos de Decisão aqui estabelecidos, resultando na identificação das oportunidades (impactes positivos) e riscos (impactes negativos) para cada um deles. Esta análise constitui a avaliação da forma como os valores ambientais, sociais, económicos e culturais se prevê venham a ser utilizados e a sua integridade afectada, bem como, as consequências sobre o processo de desenvolvimento sustentável que se pretende para o Concelho.

## 8 Bibliografia

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE; DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA DO AMBIENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (2007) Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - SIDS Portugal; APA, DCEA-FCT; Lisboa

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO (2008) Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do PDM de Santo Tirso, Relatório de Factores Críticos para a Decisão; CMST; Santo Tirso

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA DO AMBIENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. (2006) Relatório dos factores críticos das propostas de Programas Operacionais, no âmbito do QREN (2007-2013) e Directiva Europeia 2001/42/CE, Observatório do QCAIII; DCEA-FCT; Lisboa

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA DO AMBIENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (2007) Relatório Ambiental das Intervenções Estruturais Co-Financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e/ou pelo Fundo de Coesão – Quadro de Referência estratégico Nacional, Observatório do QCAIII; DCEA-FCT; Lisboa

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA DO AMBIENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (2007) Relatório de Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores; DCEA-FCT; Lisboa

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E ACREDITAÇÃO (2000) Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, Direcção Geral do Ambiente

DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (2008) Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Coleção Documentos de Orientação 01/2008; Lisboa

INSTITUTO DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (2006) Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Portugal Logístico – Relatório dos Factores Críticos; Associação dos Portos de Portugal; IDAD; Lisboa



INSTITUTO DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (2007) Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Portugal Logístico – Relatório Ambiental; Associação dos Portos de Portugal; IDAD; Lisboa

INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO (2006) Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 de Portugal – Continente; MADRP; Lisboa

PARTIDÁRIO, M.R. (2006) Termo de Referência e Metodologia para Avaliação Ambiental Estratégica das propostas de Programas Operacionais, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional; QCAIV e Directiva Europeia 2001/42/CE

PARTIDÁRIO, M.R. (2007) Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas; Agência Portuguesa do Ambiente; Lisboa

PLANEAMENTO URBANO, REGIONAL E DE TRANSPORTES, Lda (2007) 1ª Revisão do Plano Director Municipal de Constância, Volume I – Análise e Diagnóstico; Plural; Carcavelos

PLANEAMENTO URBANO, REGIONAL E DE TRANSPORTES, Lda; ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO - ESTUDOS E PROJECTOS, Lda (2007) Plano Estratégico de Constância, Relatório Preliminar; Plural, Espaço e Desenvolvimento; Lisboa

PLANEAMENTO URBANO, REGIONAL E DE TRANSPORTES, LDA (2008) 1ª Revisão do Plano Director Municipal de Constância, Volume II – Relatório de Proposta; Plural; Carcavelos

## **LEGISLAÇÃO**

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, (alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro), Define o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Decreto-Lei n.º 111/2002, de 17 de Abril, Aprova o Plano Nacional da Água

Decreto-Lei n.º 222/98, alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de Julho, pela Declaração de rectificação n.º 19-D/98 e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto, Aprova o Plano Rodoviário Nacional 2000

Decreto Regulamentar n.º 18/2001, de 7 de Dezembro (publicado no D.R., 1ª Série – B de 7 de Dezembro), Aprova o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo

Decreto Regulamentar n.º 16/2006, de 19 de Outubro (publicado no D.R. n.º 202, 1ª Série – B, de 19 de Outubro), Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo

Despacho n.º 2339/2007, de 14 de Fevereiro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Aprova o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013

Despacho n.º 8277/2007, de 9 de Maio, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Aprova a Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-pecuários e Agro-industriais

Directiva nº 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Junho de 2001, Prevê a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente

Lei 58/2007, de 4 de Setembro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 103-A/2007, Aprova o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, Estabelece as Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo

Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2006, de 10 de Março, Aprova as Orientações Fundamentais para a Elaboração do QREN e Programas Operacionais para o período de 2007-2013

Resolução de Conselho de Ministros 86/2007, de 3 de Julho, Aprova a versão final do QREN 2007-2013

Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto, Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2006 de 23 de Março, Aprova a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Oeste e Vale do Tejo

Resolução de Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, alterada pela Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, Aprova a Estratégia Nacional para a Energia

Resolução de Conselho de Ministros n.º 104/2006, de 23 de Agosto, Aprova o Programa Nacional para as Alterações Climáticas

Resolução de Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 20-AG/2001, Aprova a Estratégia Nacional para a Biodiversidade e a Conservação da Natureza

Resolução de Conselho de Ministros n.º 147/2006, de 2 de Novembro, Aprova o Programa Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural

Resolução de Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de Junho, Aprova o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água

Resolução de Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de Julho, Aprova o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação

Resolução de Conselho de Ministros n.º 114/2006, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 77/2006, de 14 de Novembro, Aprova a Estratégia Nacional para as Florestas

Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de Abril, Aprova o Plano Estratégico Nacional do Turismo

Portaria n.º 187/2007, de 12 de Fevereiro, Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos

ANEXO  
DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA



**Quadro 1 – Quadro de Referência relativo a outros planos e programas.**

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013	<p><i>“A qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a qualificação dos portugueses,</li> <li>• Promover o crescimento sustentado</li> <li>• Garantir a coesão social</li> <li>• Assegurar a qualificação do território e das cidades</li> <li>• Aumentar a eficiência da governação</li> </ul>	<p><u>Objectivos específicos associados aos eixos estratégicos que poderão ter aplicação ao nível local:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver e estimular o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação como principal garantia do desenvolvimento e do aumento da competitividade;</li> <li>• Aumento da competitividade do território e das empresas, fomentando uma melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante;</li> <li>• Aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social;</li> <li>• Procurar corresponder a objectivos ambientais, promovendo um melhor ordenamento do território, prevenindo riscos e, ainda, melhorando a conectividade do território e consolidando o reforço do sistema urbano, tendo presente a vontade de reduzir assimetrias concelhias de desenvolvimento;</li> <li>• Privilegiar os objectivos de modernizar as instituições públicas, melhorar a eficiência e qualidade dos sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação.</li> </ul> <p>No Programa Operacional do Centro é explicitado que “o sub-sistema urbano do Médio-Tejo, em torno de Tomar – Torres Novas</p>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
		<p>– <i>Entroncamento – Abrantes, incluindo Constância/Vila Nova de Barquinha [como] importante núcleo de emprego e de prestação de serviços, cuja integração no corredor do Vale do Tejo e excelentes ligações no contexto nacional e a Espanha lhe conferem particular relevo enquanto plataforma de elevado potencial logístico</i>”.</p>
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável	<p>“Retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social”.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”;</li> <li>• Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética;</li> <li>• Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural;</li> <li>• Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social;</li> <li>• Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território;</li> <li>• Um Papel activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional;</li> <li>• Uma Administração Pública mais Eficiente e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, apostando na inovação e qualificação;</li> <li>• Potenciar um investimento nos sectores de bens e serviços, promovendo a criação de emprego, estimulando também as potencialidades endógenas do comércio internacional;</li> <li>• Promover a correcta gestão sustentável dos recursos naturais locais mas também preservar e valorizar o património construído;</li> <li>• Garantir a satisfação das necessidades básicas humanas (saúde, educação, formação, cultura, justiça e segurança social), favorecendo a qualidade de vida num quadro de coesão, inclusão, equidade e justiça social;</li> <li>• Criar infraestruturas de acesso eficaz às redes internacionais de transportes e de comunicações, tirando partido da conectividade digital e reforçando as condições de competitividade nacional e regional;</li> <li>• Promover a modernização da administração pública como elemento fundamental para uma governação qualificada e para</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
	Modernizada.	uma maior eficiência na prestação dos serviços aos cidadãos, simplificando os procedimentos administrativos, valorizando as tecnologias da informação e comunicação e adoptando boas práticas no domínio da sustentabilidade.
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	<p><i>“Portugal se torne, progressivamente, um espaço mais sustentável e melhor ordenado, uma economia competitiva, mais integrada e aberta, um território mais equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar, e uma sociedade criativa e com sentido de cidadania”.</i></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos;</li> <li>2. Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global;</li> <li>3. Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;</li> <li>4. Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;</li> <li>5. Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;</li> <li>6. Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial,</li> </ol>	<p><u>Orientações para o Médio Tejo onde se insere Constância:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorizar o papel de charneira inter-regional, e o potencial de localização de actividades logísticas, do polígono urbano Tomar – Torres Novas – Entroncamento – Abrantes, articulando com o litoral, com a Beira Interior e o Alto Alentejo;</li> <li>• Apoiar a dinâmica emergente de afirmação de um pólo industrial Abrantes – Ponte de Sor em torno de indústrias de fundição, automóvel e aeronáutica;</li> <li>• Definir um modelo sustentável de desenvolvimento turístico tirando partido das singulares condições naturais do Tejo requalificado e da rede urbana valorizada e criar condições, sobretudo antecipando os instrumentos de ordenamento do território, para a viabilização das iniciativas privadas neste domínio;</li> <li>• Implementar as infra-estruturas ambientais que minimizem as agressões das actividades económicas, em particular, sobre os recursos hídricos;</li> <li>• Promover a valorização das paisagens e dos enquadramentos cénicos enquanto traço de identidade e de qualificação de cada um das sub-regiões, em particular protegendo-a das agressões da urbanização e da edificação dispersa e da deposição</li> </ul>



Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
	promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.	<p>incontrolada de detritos e entulhos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a protecção do património natural – água, floresta, espaços naturais protegidos;</li> <li>• Estimular o surgimento de redes de valorização do património histórico, cultural (material e imaterial) e natural.</li> </ul>
Estratégia Nacional para a Energia	<p><u>Objectivos das linhas estratégicas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a segurança do abastecimento de energia, através da diversificação dos recursos primários e dos serviços energéticos e da promoção da eficiência energética na cadeia da oferta e na procura de energia;</li> <li>• Estimular e favorecer a concorrência, de forma a promover a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, quer as do sector da energia quer as demais do tecido produtivo nacional;</li> <li>• Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactes ambientais à escala local, regional e global, nomeadamente no que respeita à intensidade carbónica do PIB.</li> </ul> <p><u>Linhas de orientação estabelecidas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prosseguir a liberalização dos mercados do gás natural, da electricidade e dos combustíveis;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar a eficiência energética e reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>, através de medidas ao nível dos transportes, da construção dos edifícios e na procura pública;</li> <li>• Promover a produção de electricidade a partir de energias renováveis, em particular através da energia eólica;</li> <li>• Valorizar a biomassa florestal;</li> <li>• Promover acções de consciencialização da população através das escolas e publicidade as ruas sobre a eficiência energética e o uso de energias alternativas e de aparelhos e iluminação eficientes em termos energéticos, de forma a alterar hábitos e padrões de consumo;</li> <li>• Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactes ambientais à escala local, nomeadamente no que respeita à intensidade carbónica do PIB;</li> <li>• A garantia das condições de acesso à rede de produção, transporte e distribuição de energia é essencial;</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Enquadramento estrutural da concorrência nos sectores da electricidade e do gás natural;</li> <li>• Reforço das Energias Renováveis;</li> <li>• Promoção da Eficiência Energética;</li> <li>• Aprovisionamento público “energeticamente eficiente e ambientalmente relevante”;</li> <li>• Reorganização da fiscalidade e dos sistemas de incentivos do sistema energético;</li> <li>• Prospectiva e inovação em energia;</li> <li>• Comunicação, sensibilização e avaliação da estratégia nacional para a energia</li> </ul>	
Programa Nacional para as Alterações Climáticas	<p>O Protocolo de Quioto exige que, no período de 2008-2012, o montante de emissões de GEE de origem antropogénica não ultrapasse em mais de 27% as emissões registadas em 1990.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a monitorização nos diversos sectores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, "através de medidas nos sectores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão" (transportes, sector residencial);</li> <li>• Acautelar que os diversos sectores desenvolvam um esforço de monitorização apertado de modo a garantir a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar a rede de transporte e distribuição de energia, de forma a reduzir as perdas;</li> <li>• Incentivar a eficiência energética ao nível da procura de electricidade como medida para a redução dos consumos de energia;</li> <li>• Promover a electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis;</li> <li>• Ampliação da frota de veículos a gás natural nos transportes públicos;</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
	<p>execução das diferentes medidas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a verba do Fundo Português de Carbono.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar o abate de veículos em fim de vida;</li> <li>• Promoção da retenção de carbono em solo agrícola, adoptando medidas de gestão agrícola e das pastagens;</li> <li>• Apostar no tratamento e valorização energética dos resíduos de suiniculturas;</li> <li>• Promover a capacidade de sumidouro de carbono da floresta, adoptando actividades de gestão florestal</li> </ul>
Estratégia Nacional para a Biodiversidade e a Conservação da Natureza	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis de da geologia, geomorfologia e paleontologia;</li> <li>• Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;</li> <li>• Contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objectivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas;</li> <li>• Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social;</li> <li>• Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de protecção especial integrados no processo da Rede Natura 2000;</li> <li>• Desenvolver acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;</li> <li>• Promover a integração da política de conservação da Natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos nos planos municipais de ordenamento do território;</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aperfeiçoar a articulação e a cooperação com a administração central e regional;</li> <li>• Promover a educação e a formação em matéria de conservação da Natureza e da biodiversidade;</li> <li>• Assegurar a informação, sensibilização e participação do cidadão, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;</li> </ul>
Programa Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural	<p><u>Objectivos estratégicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal;</li> <li>• Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;</li> <li>• Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais;</li> <li>• Reforçar a coesão territorial e social;</li> </ul> <p>Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão territorial.</p> <p><u>sub-objectivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversificar a economia rural;</li> <li>• Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais;</li> <li>• Desenvolver competências nas zonas rurais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização dos actores locais, que deverão ser os facilitadores da promoção de actividades de diversificação da economia rural, da criação de competências locais e serviços de apoio, da conservação e valorização do património rural e natural;</li> <li>• Dinamização do mercado de produtos locais;</li> <li>• Utilização inovadora do património rural e natural;</li> <li>• Actuação em complementaridade com a actividade agro-florestal;</li> <li>• Concentração em iniciativas locais de dimensão adequada;</li> <li>• Formação orientada para o aparecimento e desenvolvimento de iniciativas locais;</li> <li>• Integração e complementaridade com outras intervenções territoriais;</li> <li>• Promoção de serviços básicos para grupos alvo da população</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
		<p>em meio rural;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação da abordagem Leader.</li> </ul>
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial;</li> <li>• Minimizar os riscos de escassez hídrica;</li> <li>• Melhorar as condições ambientais nos meios hídricos;</li> <li>• Consolidar uma nova cultura da água em Portugal, através da qual este recurso seja crescentemente valorizado, tanto pela sua importância para o desenvolvimento humano e económico como pela preservação e valorização do meio natural;</li> <li>• Optimizar a utilização desse recurso (eficiência de utilização), não comprometendo os objectivos pretendidos (de eficácia de utilização) ao nível das necessidades vitais, da qualidade de vida e do desenvolvimento sócio-económico;</li> <li>• Redução dos volumes de águas residuais afluentes aos meios hídricos e do consumo de energia;</li> <li>• Protecção de recursos hídricos limitados, nomeadamente através da redução dos caudais captados;</li> <li>• Satisfação do País em termos de legislação comunitária,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar a rede de infra-estruturas de águas de modo a evitar/reduzir as perdas;</li> <li>• Promover um uso eficiente da água, através da implementação de um sistema de gestão da água do concelho;</li> <li>• Optimizar o uso eficiente da água através de processos de reutilização e aproveitamento de águas da chuva, começando a nível dos edifícios municipais, das escolas e outros, promovendo também a sensibilização junto das populações para que as novas habitações sejam equipadas já com estes sistemas;</li> <li>• Optimizar o tratamento eficiente das águas, promovendo uma boa qualidade da água dos meios receptores;</li> <li>• Promover campanhas de sensibilização do uso eficiente da água junto das populações;</li> <li>• Estabelecer protocolos de uso da água junto das empresas do concelho, através da promoção de técnicas de aproveitamento e reutilização de águas limpas.</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
	nomeadamente da Directiva Quadro da Água e da Directiva Relativa à Prevenção e Controlo Integrado da Poluição.	
Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Oeste e Vale do Tejo	<p><u>Eixos Estratégicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização;</li> <li>• Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental;</li> <li>• Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana;</li> <li>• Descobrir novas ruralidades.</li> </ul> <p>O modelo de organização do território deve ter por fim:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturar o sistema urbano e reforçar o policentrismo, articulando e dando coerência aos subsistemas urbanos;</li> <li>• Organizar o sistema de acessibilidades;</li> <li>• Definir uma rede de espaços de localização empresarial de elevada qualidade;</li> <li>• Identificar a estrutura regional de protecção e valorização ambiental;</li> <li>• Identificar os riscos naturais e tecnológicos;</li> </ul>	<p><u>Normas Específicas de ordenamento do território:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver uma adequada hierarquização urbana municipal, devidamente articulada com o sistema urbano regional, integrando um conjunto de núcleos urbanos individualizados e dotados dos equipamentos e serviços adequados à sua dimensão e posição hierárquica na rede urbana;</li> <li>• Estabelecer modelos de usos e ocupação do solo que promovam a concentração da edificação em aglomerados urbanos ou núcleos rurais, contrariando formas de povoamento disperso ou linear;</li> <li>• Adequar o dimensionamento e a estruturação do solo urbano com as necessidades existentes e previstas, considerando os diversos tipos de procura em termos de habitação, actividades económicas e outras funções urbanas;</li> <li>• Garantir critérios exigentes de qualidade urbanística, promovendo a revitalização das áreas antigas e históricas, e a devida dotação em equipamentos, infra-estruturas, espaços públicos e espaços verdes;</li> <li>• Identificar as aptidões do território, as complementaridades e os usos incompatíveis;</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introduzir uma rede de planeamento, agenciamento e monitorização que apoie a Região no desenvolvimento da sua sustentabilidade em relação aos recursos energéticos e às alterações climáticas;</li> <li>• Promover o adequado ordenamento agrícola e florestal do território e preservar os solos agrícolas;</li> <li>• Articular as opções estratégicas com as estratégias de desenvolvimento das regiões do Centro e do Alentejo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenar o crescimento dos aglomerados e núcleos rurais com as principais redes de acessibilidades e transportes colectivos, potenciando as ligações ao exterior e reduzindo a dependência em modos de transporte individual, numa óptica de mobilidade sustentável;</li> <li>• Racionalizar os serviços públicos, nomeadamente as principais redes de equipamentos e infra-estruturas de abastecimento público, promovendo a concentração das áreas urbanas;</li> <li>• Salvaguardar os sistemas e processos biofísicos que asseguram os bens e os serviços ambientais necessários ao desenvolvimento das actividades humanas e os recursos fundamentais de solo e água, impedindo utilização que ponham em causa a sua integridade e qualidade;</li> <li>• Salvaguardar as áreas de risco hídrico, geológico e tecnológico de ocupações humanas que potenciem a situação de risco de pessoas e bens e promover medidas específicas de prevenção e protecção civil nas áreas já ocupadas.</li> </ul> <p><u>Normas Específicas para Unidades Territoriais:</u></p> <p><i>Pinhal Interior Sul</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Salvaguardar ao nível do PDM, as baixas aluvionares da edificação dispersa e linear;</li> </ul> <p><i>Eixo Ribeirinho – Vila Nova da Barquinha/Abrantes</i></p>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a manutenção e o aproveitamento dos valores da paisagem e as ocorrências patrimoniais para o fomento das actividades turísticas ligadas ao património e cultura;</li> <li>• Fomentar as actividades de lazer e recreio associadas ao vale do rio Tejo;</li> <li>• Preservar e prever expansão das áreas de olival com vista a produção de Azeites do Ribatejo (DOP);</li> <li>• Promover e garantir o bom estado ecológico das massas de água e dos ecossistemas ribeirinhos do Corredor Fluvial principal associado ao Rio Tejo, bem como das partes terminais dos Corredores associados ao Rio Zêzere e ao Rio Torto, e às Ribeiras de Tancos, Foz, Alcolobra, Coalhos, Carregal, Moinhos e Arces.</li> </ul> <p><i>Charneca Ribatejana Norte</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservar as áreas agrícolas, nomeadamente nas baixas aluvionares e os sistemas de pecuária extensiva com vista à produção de produtos reconhecidos;</li> <li>• Recuperar as áreas percorridas por incêndios, designadamente em 2003, com o objectivo de recuperar simultaneamente o potencial silvícola e o valor ecológico;</li> <li>• Utilizar espécies florestais autóctones na compartimentação das grandes manchas de eucaliptal, de forma a reduzir os riscos de propagação de incêndio;</li> </ul>



Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a certificação ambiental das explorações florestais de eucalipto;</li> <li>Promover e garantir o bom estado ecológico das massas de águas e dos ecossistemas ribeirinhos dos Corredores Fluviais essenciais para a ERPVA, designadamente na Ribeira de Muge, Ribeira do Chouto, Ribeira da Calha do Grou, Ribeira da Lamarosa, Ribeira do Vale da Lama da Atela, Ribeira de Ulme, Rio Torto, Ribeira de Coalhos;</li> <li>Valorizar os montados em regime de uso múltiplo que conjugue a excelência dos produtos com a conservação da natureza e da biodiversidade.</li> </ul>
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar a gestão florestal e condução dos povoamentos com ganhos de produtividade e rentabilidade das explorações florestais e em simultâneo promover a certificação da gestão florestal sustentável</li> <li>Melhorar o estado de conservação dos habitats classificados florestais e silvestres na região</li> <li>Diminuir significativamente as áreas florestais que não são sujeitas a qualquer tipo de condução. Ganhar coerência e racionalidade na gestão e condução das áreas florestais nas zonas onde a propriedade florestal é muito fragmentada através da constituição de unidades territoriais de dimensão adequada</li> <li>Recuperação das áreas ardidas introduzindo modelos de</li> </ul>	<p>No âmbito do PROF Ribatejo, o território concelhio insere-se em 3 sub-regiões homogéneas com respectivos objectivos específicos:</p> <p><u>Floresta dos Templários</u></p> <p>Fomentar a multifuncionalidade dos espaços florestais, privilegiando as funções de produção, protecção e recreio, enquadramento e estética da paisagem, de modo a;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reabilitar o potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação;</li> <li>Rearborizar áreas ardidas com espécies ecologicamente bem adaptadas e de acordo com as orientações da Comissão</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
	<p>organização territorial eficientes sob o ponto de vista da prevenção dos incêndios florestais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar o conhecimento técnico e científico relativo à gestão dos espaços florestais nas suas diversas vertentes, bem como a sua transferência para os diversos agentes do sector</li> <li>• Aumentar a qualidade paisagística dos espaços florestais e o seu contributo para o bem-estar das populações</li> <li>• Diminuir a incidência territorial dos incêndios florestais de forma significativa, privilegiando as medidas de carácter preventivo, a estruturação coerente da Rede Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e a diversificação da composição das áreas florestais</li> <li>• Melhorar a qualificação técnica e profissional dos diversos agentes da fileira florestal de modo a fazer face aos desafios colocados ao sector</li> <li>• Diversificar as funcionalidades associadas aos espaços florestais, contribuindo para aumentar a rentabilidade das explorações florestais</li> </ul>	<p>Regional de Reflorestação do Ribatejo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversificar a composição das áreas florestais traduzindo-se na adequada compartimentação das manchas e na melhoria da qualidade da paisagem florestal;</li> <li>• Compartimentação dos espaços florestais através implementação da rede primária de faixas de gestão de combustível;</li> <li>• Diversificar as produções associadas aos espaços florestais;</li> <li>• Melhorar o estado de conservação das linhas de água;</li> <li>• Diminuir a erosão dos solos através da manutenção de um coberto vegetal adequado e da adopção de práticas de condução adequadas;</li> <li>• Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento a actividades de recreio;</li> <li>• Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infra-estruturas;</li> <li>• Manter e valorizar a qualidade da paisagem da sub-região através dos espaços florestais.</li> </ul> <p><u>Lezíria</u></p> <p>Fomentar a multifuncionalidade dos espaços florestais privilegiando as funções de protecção, recreio, enquadramento e estética da</p>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
		<p>paisagem, conservação, silvopastorícia, caça e pesca, a fim de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter e recuperar a vegetação ripícola enquanto elemento importante para as funções de protecção do solo e da água e de conservação da flora e da fauna e para a valorização da paisagem;</li> <li>• Controlar e erradicar o nemátodo da madeira do pinheiro (NMP), nomeadamente: (1) Implementação de uma estratégia de reflorestação com utilização de espécies não hospedeiras do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP); (2) Implementação de uma estratégia de comunicação e sensibilização sobre o nemátodo da madeira do pinheiro (NMP); (3) Inspeccionar e avaliar o estado da floresta de coníferas em áreas de risco pré definidas - nemátodo da madeira do pinheiro (NMP); (4) Garantir a utilização da metodologia de prospecção do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP) da União Europeia; e (5) Não subvencionar projectos à base de pinheiro-bravo;</li> <li>• Manter e valorizar a qualidade da paisagem da sub-região através dos espaços florestais;</li> <li>• Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infra-estruturas;</li> <li>• Melhorar o estado de conservação dos habitats classificados importantes para a conservação da natureza;</li> <li>• Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento a actividades de recreio;</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar e ordenar a actividade piscícola desportiva;</li> <li>• Manter das populações de espécies piscícolas em níveis adequados.</li> </ul> <p><u>Charneca</u></p> <p>Fomentar a multifuncionalidade dos espaços florestais, privilegiando as funções de produção, silvopastorícia, caça e pesca e protecção, definindo os seguintes objectivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Recuperar as áreas ardidas de acordo com as orientações estratégicas definidas pela Comissão Regional de Reflorestação do Ribatejo;</li> <li>• Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação;</li> <li>• Compartimentar os espaços florestais, nomeadamente através da rede primária de faixas de gestão do combustível aprovadas pela Comissão Regional de Reflorestação do Ribatejo;</li> <li>• Melhorar o estado fitossanitários dos povoamentos florestais de modo a não comprometer a sua produtividade e perpetuidade;</li> <li>• Controlar e erradicar o nemátodo da madeira do pinheiro (NMP), nomeadamente: (1) Implementação de uma estratégia de reflorestação com utilização de espécies não hospedeiras do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP); (2) Implementação de</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
		<p>uma estratégia de comunicação e sensibilização sobre o nemátodo da madeira do pinheiro (NMP); (3) Inspeccionar e avaliar o estado da floresta de coníferas em áreas de risco predefinidas - nemátodo da madeira do pinheiro (NMP); (4) Garantir a utilização da metodologia de prospecção do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP) da União Europeia; e (5) Não subvencionar projectos à base de pinheiro-bravo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a regeneração natural do montado;</li> <li>• Melhorar o estado de conservação das linhas de água;</li> <li>• Diminuir a erosão dos solos através da manutenção do coberto vegetal e adopção de práticas adequadas;</li> <li>• Promover o aproveitamento de biomassa para energia a partir dos resíduos de exploração e resultantes da manutenção das faixas de gestão de combustível;</li> <li>• Aumentar o contributo da actividade cinegética para o rendimento global das explorações agro-florestais: (1) Melhorar a gestão da actividade cinegética e a sua compatibilização com outras funções dos espaços florestais; (2) Manter/aumentar as densidades das populações de espécies cinegéticas; (3) Diversificar as produções associadas aos espaços florestais; (4) Promover a actividade (agro)-silvo-pastoril como forma de diversificação das produções; (5) Melhorar a gestão das áreas (agro)-silvo-pastoris e a conciliação das diferentes funções dos espaços florestais; e (6) Aumentar a área sujeita à actividade (agro)-silvo-pastoril.</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação	<p><u>Objectivos Estratégicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservação do solo e da água;</li> <li>• Fixação da população activa nos meios rurais;</li> <li>• Recuperação das áreas afectadas;</li> <li>• Sensibilização da população para a problemática;</li> <li>• Consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e sectoriais.</li> </ul> <p><u>Objectivos Específicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento regional, rural e local, como factor determinante da fixação das populações nas regiões mais susceptíveis à desertificação e à seca, e da diminuição das pressões humanas sobre as zonas mais densamente povoadas;</li> <li>• Organização dos agentes do desenvolvimento económico e social, em torno dos seus interesses profissionais, económicos, culturais, desportivos, ambientais, como via para uma participação activa da população nas decisões que lhes respeitam e na valorização e qualificação do território;</li> <li>• Melhoria das condições de exercício das actividades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a elaboração e a aplicação de códigos de boas práticas agrícolas e silvícolas;</li> <li>• Apoiar os investimentos em pequenos regadios;</li> <li>• Ampliar e alargar os apoios à manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais geradores de externalidades ambientais positivas;</li> <li>• Reforçar os apoios à manutenção de áreas agrícolas no interior da floresta;</li> <li>• Incentivar e apoiar os serviços de extensão rural;</li> <li>• Reforço dos apoios à agricultura familiar e a tempo parcial;</li> <li>• Adopção de medidas de estruturação fundiária;</li> <li>• Ampliação dos apoios à agricultura biológica e à certificação de produtos de qualidade;</li> <li>• Ampliação das ajudas à silvopastorícia;</li> <li>• Reforço dos sistemas de detecção e de prevenção de incêndios;</li> <li>• Adaptação das ajudas às condições de seca;</li> <li>• Ampliação das ajudas à manutenção de maciços de espécies autóctones;</li> <li>• Fomento do emparcelamento das áreas aridas;</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
	<p>agrícolas compatíveis com as características do suporte natural em que são desenvolvidas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alargamento e melhoria da ocupação e gestão florestal para reforço do papel da floresta na conservação do solo e da água;</li> <li>• Identificação das áreas mais afectadas e afectação dos meios necessários para recuperação das áreas degradadas;</li> <li>• Política de gestão de recursos hídricos que assegure a necessária integração territorial dessa gestão, articulando adequadamente as diferentes utilizações da água e a protecção do ambiente e conservação dos recursos naturais;</li> <li>• Investigação concertada sobre os fenómenos geradores de desertificação e seu combate, experimentação e aplicação prática dos seus resultados;</li> <li>• Criação de centros e campos de demonstração de boas técnicas de conservação do solo e da água;</li> <li>• Informação e sensibilização permanente aos diferentes sectores da população, habitantes e decisores, sobre a problemática da luta contra a desertificação e a seca, e seu contributo para a defesa da vida na Terra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de um plano de emergência para situações de seca;</li> <li>• Promover a modernização e a reconversão da agricultura e incentivar a sua multifuncionalidade;</li> <li>• Reforçar os apoios à florestação e à beneficiação florestal de protecção;</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;</li> <li>• Redução da incidência dos incêndios;</li> <li>• Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;</li> <li>• Recuperar e reabilitar os ecossistemas;</li> <li>• Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adopção de um Plano de Gestão Florestal;</li> <li>• O município deve conter um Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), que contenha as acções necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das acções de prevenção, inclui a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.</li> <li>• As cartas da rede regional de defesa da floresta contra incêndios e de risco de incêndio, constantes do PMDFCI, devem ser delimitadas e regulamentadas no respectivo plano municipal de ordenamento do território.</li> <li>• O município pode criar e implementar um programa especial de intervenção florestal no âmbito de planos de defesa da floresta para áreas florestais contíguas a infra-estruturas de elevado valor estratégico nacional e para áreas florestais estratégicas e de elevado valor.</li> </ul>
Estratégia Nacional para as Florestas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;</li> <li>• Especialização do território;</li> <li>• Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável;</li> <li>• Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar o tipo de florestas e espécies existentes para identificar claramente as funções dominantes;</li> <li>• Aproveitar eficientemente as vocações naturais para minimizar as previsíveis alterações climáticas e outras alterações de contexto;</li> <li>• Utilizar zonas florestais para assegurar funções de protecção, de recreio, protecção do regime hídrico, da conservação do solo e da biodiversidade;</li> </ul>



Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector;</li> <li>Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incrementar áreas florestais devido à sua função como sumidouro de carbono;</li> <li>Prioridade para a consolidação e reconversão da floresta já instalada;</li> <li>Gestão activa dos povoamentos, maximizando o aproveitamento das potencialidades das estações;</li> <li>Aumento do valor dos produtos florestais através do aproveitamento de biomassa para energia;</li> <li>Apostar na certificação de florestas para promover uma gestão florestal sustentável;</li> <li>Sujeitar áreas a Plano de Gestão das Florestas;</li> <li>Apostar na multifuncionalidade (cinegética, pesca, silvopastorícia, apicultura e outros produtos não lenhosos);</li> <li>Formação de técnicos para actuação no sector.</li> </ul>
Plano Estratégico Nacional do Turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal deve ser um dos destinos de maior crescimento na Europa, através do desenvolvimento baseado na qualificação e competitividade da oferta, transformando o sector num dos motores de crescimento da economia nacional;</li> </ul>	<p>Tendo em conta o território em que se insere o concelho, a aposta ao nível dos produtos deve focar-se no desenvolvimento de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Circuitos turísticos (touring) culturais e paisagísticos, sendo para isso necessário, entre outros, criar rotas temáticas (associadas ao património arqueológico e arquitectónico, monumentos, sítios e paisagens culturais ou relacionadas com património monumental classificado de cidades vizinhas), assegurando</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
	<ul style="list-style-type: none"> <li>As características e infra-estruturas de cada região reflectem-se num conjunto específico de produtos a potenciar, permitindo a capitalização da sua vocação natural e considerando-se fulcral a diversificação da oferta turística. As condições climáticas, naturais e culturais do País são propícias ao desenvolvimento e consolidação de 10 produtos turísticos: sol e mar, circuitos turísticos (touring) cultural e paisagístico, estadias de curta duração em cidade (city break), turismo de negócios, turismo de natureza, turismo náutico (inclui os cruzeiros), saúde e bem-estar, golfe, conjuntos turísticos (resorts) integrados e turismo residencial e gastronomia e vinhos;</li> </ul>	<p>elevados níveis de cooperação e de articulação em rede, enriquecer a experiência nos principais locais de atracção e assegurar a adopção de padrões de qualidade ao longo de toda a cadeia de valor do produto;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apostar no produto turismo de natureza, completando-o com o turismo residencial e de saúde e bem-estar;</li> <li>O desenvolvimento de produtos turísticos em zonas rurais deve ser implementado tendo em conta a estratégia nacional para o desenvolvimento rural, nomeadamente quanto ao turismo em espaço rural;</li> <li>Incrementar a capacidade turística do concelho e apostar na formação e valorização dos recursos humanos como complemento do sector turístico local;</li> <li>Actuar ao nível do enriquecimento da oferta, desenvolvendo e inovando conteúdos tradicionais (história, literatura, música, etc.) que constituam factores de diferenciação turística;</li> <li>O conceito de riqueza da gastronomia portuguesa, também poderá ser aproveitado, utilizando produtos de qualidade certificada e fomentando e promovendo a qualidade dos estabelecimentos de restauração.</li> </ul> <p>Para valorizar e qualificar o destino turístico é fundamental a qualidade urbana, ambiental e paisagística deste, nomeadamente através da:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Preservação da autenticidade arquitectónica do centro histórico;</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de condições para as deslocações a pé (zonas pedonais) ou de bicicleta (ciclovias);</li> <li>• Fomentar a manutenção dos espaços de enquadramento (zonas verdes) e dotação das condições de acessibilidades aos edifícios, às infra-estruturas e equipamentos;</li> <li>• Deve ser assegurado que os equipamentos de saúde existentes têm capacidade para dar resposta à procura originada pelos fluxos turísticos;</li> <li>• Não pode ser descurada uma estratégia de comunicação que promova o concelho como destino turístico.</li> </ul>
Plano Nacional da Água	<p>O PNA tem como objectivo contribuir para que no espaço territorial português e na sua interacção com outros territórios as funções fundamentais da água sejam garantidas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas;</li> <li>• Protecção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados;</li> <li>• Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do País;</li> <li>• Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover um uso eficiente da água, através de um sistema de gestão de água que garanta a protecção dos recursos hídricos disponíveis;</li> <li>• Garantir o abastecimento de água com qualidade e a conservação e protecção dos recursos hídricos, através de medidas adequadas de gestão;</li> <li>• Proteger a qualidade da água (superficial e subterrânea) através de medidas específicas para a redução gradual ou eliminação das cargas poluentes;</li> <li>• Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea com qualidade adequada aos usos;</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
	<p>pelo Estado Português;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fomentar e consciencializar a população e os serviços prestados ao nível local para um uso eficiente do recurso água, nomeadamente incentivando a redução de consumos e a reutilização de águas usadas;</li> <li>Promover a participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos da região.</li> </ul>
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	<p>Visa a minimização das ineficiências dos sistemas numa perspectiva de racionalização dos custos a suportar pelas populações.</p> <p><u>Objectivos estratégicos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço;</li> <li>A sustentabilidade do sector;</li> <li>A protecção dos valores ambientais.</li> </ul> <p><u>Objectivos operacionais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Servir cerca de 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água;</li> <li>Servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O número de alojamentos a servir por sistema público de abastecimento de água deverá ser igual ou superior a 95% (variação entre 80 a 100%);</li> <li>O número de alojamentos a servir por sistema público de saneamento de águas residuais deverá ser igual ou superior a 90% (variação entre 70 e 100%);</li> <li>Os serviços públicos e infra-estruturas de abastecimento de águas e de drenagem e tratamento de águas residuais do município devem ser reforçadas e sujeitas a beneficiações;</li> <li>Devem ser adoptadas medidas, no sentido de minimizar as perdas nas redes de transporte e distribuição, diminuindo assim os excessos de extracções.</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
	<p>atendimento desejável deve ser de, pelo menos, 70% da população abrangida;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a recuperação integral dos custos incorridos dos serviços;</li> <li>• Contribuir para a dinamização do tecido empresarial privado nacional e local;</li> <li>• Cumprir os objectivos decorrentes do normativo nacional e comunitário de protecção do ambiente e saúde pública.</li> </ul>	
Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o ordenamento das áreas de domínio hídrico;</li> <li>• Delimitar cartograficamente as áreas de protecção dos recursos hídricos;</li> <li>• Integrar nos IGT medidas e critérios de ordenamento direccionados para a protecção e valorização dos recursos e do meio hídrico;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o estabelecimento de condicionamentos aos usos do solo, às actividades nas albufeiras e nos troços em que o uso não seja compatível com os objectivos de protecção e valorização ambiental dos recursos;</li> <li>• Promover a definição de directrizes de ordenamento, visando a protecção do domínio hídrico, a reabilitação e renaturalização dos leitos e margens e, de uma forma mais geral, das galerias ripárias, dos troços mais degradados e das zonas estuarinas;</li> <li>• Delimitar e considerar os perímetros de protecção das captações de águas subterrâneas para abastecimento público;</li> <li>• Monitorização da qualidade da água em locais onde se praticam usos qualitativamente exigentes (por exemplo, perto de captações superficiais ou subterrâneas destinadas à captação de águas para consumo humano);</li> <li>• Avaliação do estado das águas superficiais, bem como do</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
		<p>conhecimento sobre os reais problemas de poluição difusa de origem agrícola e industrial.</p> <p>O PBHT define, em linhas gerais, os seguintes domínios de acção:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Precaução e Prevenção</li> <li>• Elevado nível de protecção</li> <li>• Integração dos diferentes usos da água</li> <li>• Utilização das melhores tecnologias disponíveis</li> <li>• Princípio do Poluidor-Pagador</li> <li>• Racionalidade económica das soluções</li> <li>• Transparência e participação.</li> </ul>
Plano Rodoviário Nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Define a rede rodoviária nacional, constituída pelas redes fundamental e complementar.</li> <li>• O PRN e suas alterações pretendem traduzir uma melhoria das condições de ocupação do solo e do ordenamento do território, tendo sempre subjacente a minimização dos impactes ambientais, o interesse público e das populações em particular, para além de visar otimizar a gestão da rede rodoviária nacional.</li> <li>• Pretende potenciar o correcto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No que diz respeito aos níveis de serviço (Art.º6 DL 222/98) das estradas que integram a rede nacional complementar, verifica-se que estas devem assegurar condições de circulação relativamente estáveis, embora com restrições quanto à velocidade e a ultrapassagens. Nos lanços sujeitos a tráfego «sazonal» de migrações pendulares ou situados em zonas particularmente difíceis, por motivos de ordem topográfica ou urbanística, podem ser projectados de modo que ao volume horário respectivo corresponda um nível de serviço inferior.</li> <li>• As estradas pertencentes à rede nacional complementar, devem assegurar a ligação entre a rede nacional fundamental e o</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
	daqueles transportes, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.	centro urbano de Constância.  <ul style="list-style-type: none"> <li>• Importa, ainda, uma melhoria das ligações exteriores de nível regional que assegurem a mobilidade e a optimização das acessibilidades concelhias. A melhoria da rede viária devem incluir a beneficiação de troços das vias existentes e eventualmente a construção de novas vias.</li> <li>• No entanto, a nível concelhio a implementação do PRN2000 envolve a desclassificação dos troços da EN3 e da 358-2 para estradas municipais.</li> <li>• Além da melhoria das acessibilidades deve ser assegurada a hierarquização da rede viária.</li> </ul>
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007 - 2016	<u>Eixos e medidas de actuação:</u>  I. Prevenção: Programa Nacional; a. Redução da quantidade de resíduos produzidos; b. Redução da perigosidade dos resíduos;  II. Sensibilização/Mobilização dos cidadãos;  III. Qualificação e optimização da gestão de resíduos; a. Optimização dos sistemas de gestão de resíduos; b. Sustentabilidade dos sistemas de gestão de resíduos;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução da quantidade e perigosidade dos resíduos produzidos;</li> <li>• Incentivar a separação dos resíduos na origem</li> <li>• Aumentar % de valorização e reciclagem dos resíduos de embalagem;</li> <li>• Aumentar a reciclagem de resíduos de embalagem multimaterial (papel e cartão, plástico, metais, madeira);</li> <li>• Aumentar a valorização energética dos resíduos;</li> <li>• Reduzir os resíduos urbanos biodegradáveis destinados a aterro;</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
	<p>c. Envolvimento dos sistemas na prossecução da estratégia;</p> <p>d. Reforço dos sistemas ao nível de infra-estruturas e equipamentos;</p> <p>e. Reforço da reciclagem;</p> <p>f. Reforço da investigação e do marketing no domínio da reciclagem;</p> <p>g. Estabelecimento de critérios de qualidade para os materiais reciclados, composto e CDR/CDS;</p> <p>h. Abertura do mercado de gestão das infra-estruturas de tratamento dos resíduos.</p> <p>IV. Sistema de Informação como pilar da gestão dos RSU;</p> <p>V. Qualificação e optimização da intervenção das entidades públicas no âmbito da gestão dos RSU;</p> <p>a. Simplificação dos procedimentos de licenciamento das instalações de gestão de resíduos;</p> <p>b. Reforço da fiscalização/inspecção;</p> <p>c. Reforço da regulação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Optimizar os circuitos de recolha de RSU e recolha selectiva;</li> <li>• Reforço das infra-estruturas e equipamentos existentes;</li> <li>• Estabelecer campanhas de sensibilização e informação da população.</li> </ul>



Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
Plano de Acção Estratégico do Médio Tejo 2007 – 2013	<p><u>Eixos Estratégicos para o Médio Tejo:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cuidar da competitividade das actividades económicas;</li> <li>2. Descobrir formas de valorizar a competitividade e coesão;</li> <li>3. Valorizar os recursos endógenos;</li> <li>4. Melhorar o capital humano;</li> <li>5. Garantir a mobilidade e a coesão interna;</li> <li>6. Afirmar a comunidade como rede de coerência</li> </ol>	<p><u>Os eixos devem materializar-se nos seguintes objectivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de riqueza sustentada através da especialização e da logística;</li> <li>• Valorização competitiva dos equipamentos de carácter cultural e ambiental enquanto instrumentos de criação de “novas procuras”;</li> <li>• Definir uma estratégia para o sector do turismo que articule as complementaridades da região na concretização de um produto turístico integrado;</li> <li>• Fomentar a gestão integrada da fileira florestal;</li> <li>• Promoção da produção e utilização de energias alternativas no concelho da eficiência energética e da educação ambiental, em articulação com as instituições universitárias e centros tecnológicos (investigação, projectos piloto) e com escolas do 1º ciclo existentes na região;</li> <li>• Fomentar e integrar as actividades ligadas ao “mundo rural”;</li> <li>• Recriar a escola como espaço de saber e conhecimento, qualificando o ensino básico e garantindo um sistema de ensino de excelência;</li> <li>• Incentivar a formação e investigação tecnológica com base na articulação entre institutos politécnicos, centros de formação e escolas existentes no concelho e região;</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação das estratégias municipais de ordenamento e gestão do território visando a melhoria da qualidade de vida e a manutenção de equilíbrio ambiental com vista à atracção e fixação de pessoas e empresas;</li> <li>• Desenvolvimento de modelo de articulação e de coordenação na gestão e manutenção dos equipamentos colectivos e das infra-estruturas visando aumentar a eficiência na programação e realização dos investimentos no âmbito concelhio e reforço da sua eficácia;</li> <li>• Desenvolvimento de vias inter-municipais e de um sistema integrado de transportes intra-regional;</li> <li>• Reforço da capacitação institucional de entidades essenciais ao desenvolvimento de uma rede de governança regional, suportada por uma rede infra-estruturas de comunicação o que implica a definição de um modelo operacional de funcionamento da Comunidade que uma estratégia integrada para a captação de investimentos.</li> </ul>
Projecto Médio Tejo Digital	<p>Pretende desenvolver a Sociedade de Informação e do Conhecimento ao nível regional de forma a criar competências regionais aplicadas que criem valor económico para a região, aumentem a qualidade de vida dos seus cidadãos e promovam a competitividade das suas empresas e o seu desenvolvimento sustentado.</p> <p>O objectivo fundamental é colocar as novas tecnologias de comunicação e informação ao serviço de um número, cada</p>	<p>Adopção das infra-estruturas necessárias de suporte às tecnologias de comunicação e informação e dotar as existentes de maior capacidade de suporte, de forma a acompanhar a informatização da sociedade através de novos serviços associados aos usos de computador, <i>Internet</i> e telemóvel.</p> <p>A aplicação das TIC desempenha um papel importante ao nível da inclusão social, conectividade, mobilidade e estruturação do território, podendo servir como coadjuvante no desenvolvimento</p>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
	mais alargado, de cidadãos, empresas e instituições.	económico, social e cultural de Constância através da sua operacionalização no domínio do turismo.
Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais	<p>Orientações para as soluções a desenvolver no âmbito da estratégia:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adoptar um modelo institucional para a concepção, construção, gestão e exploração das soluções de valorização e tratamento de efluentes, através de entidades com reconhecida capacidade técnica, que garanta o bom funcionamento das instalações e o controlo das descargas;</li> <li>• Adoptar soluções colectivas para o tratamento dos efluentes, quando se revelar a solução técnica, económica e ambientalmente mais adequada;</li> <li>• Aplicar um tarifa de tratamento ao utilizar o mais baixa possível, através da escolha da melhor solução técnica e que seja também a melhor solução em termos económicos, reflectindo um modelo de gestão e exploração optimizado;</li> <li>• Garantir a responsabilidade e o envolvimento dos sectores económicos.</li> </ul>	<p>Objectivos estratégicos e linhas de orientação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cumprimentos dos normativos legais (ambientais);</li> <li>• Abordagem territorial e sectorial integrada;</li> <li>• Modelos de gestão eficientes e sustentáveis;</li> <li>• Aplicar o princípio do utilizador-pagador e garantir um quadro tarifário sustentável para os sectores económicos;</li> <li>• Utilizar adequadamente os instrumentos de co-financiamento, designadamente o QREN;</li> <li>• Potenciar as soluções colectivas e a utilização de infra-estruturas já existentes;</li> </ul> <p>Ao nível das soluções de valorização e tratamento devem ser adoptadas as melhores tecnologias disponíveis, adaptadas às características de cada sector e região. Assim, o desenvolvimento de projectos específicos deve ter em conta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adopção de soluções conjuntas, ou complementares, que se demonstrem como as tecnicamente mais adequadas e sustentáveis, que promovam economias à escala regional,</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
		<p>permitindo um efectivo controlo das descargas nos meios receptores;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preferencialmente, opção por soluções colectivas de tratamento que sejam alternativa às soluções individuais, dado que se afiguram mais versáteis e robustas face às naturais oscilações dos sectores produtivos, com um aumento da qualidade associada à capacidade de gestão;</li> <li>• Potenciação da utilização da capacidade de tratamento das infra-estruturas dos sistemas supra-municipais ou municipais de saneamento de águas residuais, após um pré-tratamento adequado, otimizando o investimento já realizado;</li> <li>• Integração das componentes de tratamento dos efluentes com a adequada gestão dos subprodutos resultantes, designadamente através de planos de gestão de nutrientes e de matéria orgânica.</li> </ul> <p>Dentro deste quadro técnico de intervenções podem identificar-se as seguintes tipologias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adaptação das unidades produtivas para ligação a sistemas de pré-tratamento ou de tratamento completo, de forma a permitir a máxima eficiência no funcionamento da instalação de tratamento;</li> <li>• Escolha de soluções técnicas de tratamento que potenciem a</li> </ul>

Documentos de Referência	Objectivos e metas relevantes	Adequação ao PDM de Constância
		<p>produção de energias renováveis;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Considerar soluções técnicas que possibilitem um adequado transporte, armazenamento, espalhamento e valorização dos efluentes/sub-produtos;</li> <li>• Equacionar a ampliação/remodelação das instalações de tratamento existentes para possibilitar o tratamento final dos efluentes pré-tratados e a beneficiação dos sistemas de drenagem até às instalações de tratamento final.</li> </ul>